UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE DE
RIBEIRÃO PRETO
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CONTROLADORIA E
CONTABILIDADE

FABRICIO JOSÉ DO PRADO

**Análise do comportamento da divulgação das informações sobre provisões e
passivos contingentes das empresas do setor de energia elétrica listadas na
BM&FBOVESPA**

ORIENTADORA: PROFA. DRA. MAÍSA DE SOUZA RIBEIRO

RIBEIRÃO PRETO

2014

Prof. Dr. Marco Antônio Zago
Reitor da Universidade de São Paulo

Prof. Dr. Sigismundo Bialoskorski Neto
Diretor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto

Prof. Dr. Vinícius Aversari Martins
Chefe do Departamento de Contabilidade

Prof. Dr. Prof. Dr. André Carlos Busanelli de Aquino
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade

FABRICIO JOSÉ DO PRADO

Análise do comportamento da divulgação das informações sobre provisões e passivos contingentes das empresas do setor de energia elétrica listadas na BM&FBOVESPA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Ciências. Versão Corrigida. A original encontra-se disponível na FEA-RP/USP.

ORIENTADORA: PROFA. DRA. MAÍSA DE SOUZA RIBEIRO

RIBEIRÃO PRETO

2014

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Prado, Fabricio José do

Análise do comportamento da divulgação das informações sobre provisões e passivos contingentes das empresas do setor de energia elétrica listadas na BM&FBOVESPA, 2014.

104 p. : il. ; 30 cm

Dissertação de Mestrado, apresentada à Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto/USP. Área de concentração: Controladoria e Contabilidade.

Orientadora: Ribeiro, Máisa de Souza.

1. Provisões. 2. Passivos contingentes. 3. Riscos potenciais.

Nome: Prado, Fabricio José do

Título: Análise do Comportamento da Divulgação das Informações sobre Provisões e Passivos Contingentes das Empresas do Setor de Energia Elétrica Listadas na BM&FBOVESPA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Ciências. Versão Corrigida. A original encontra-se disponível na FEA-RP/USP.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

*Aos meus pais e minha esposa, com amor, admiração e gratidão
por sua compreensão, carinho, presença e incansável apoio ao
longo do período de elaboração deste trabalho.*

AGRADECIMENTOS

A minha esposa e aos meus pais,

A todos meus professores,

A minha orientadora, um agradecimento especial,

*A quem me ajudou e incentivou tornando o caminho mais fácil
de ser percorrido.*

RESUMO

PRADO, Fabricio José do. **Análise do comportamento da divulgação das informações sobre provisões e passivos contingentes das empresas do setor de energia elétrica listadas na BM&FBOVESPA. 2014. Dissertação (Mestrado)** – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2014.

O objetivo deste trabalho é identificar o comportamento da evidenciação dos riscos potenciais representados pelas informações contidas nas provisões e passivos contingentes das empresas. O estudo analisou a divulgação das informações sobre riscos potenciais nas demonstrações contábeis dos exercícios de 2002, 2006, 2010 e 2012, utilizando como parâmetro as recomendações de órgãos normativos nacionais: 2012 foi o período mais próximo ao encerramento da coleta de dados, enquanto que em cada um dos demais períodos mencionados ocorreram mudanças significativas em termos de normas contábeis. O campo de pesquisa do presente trabalho constitui-se das notas explicativas das demonstrações financeiras das empresas do setor de energia elétrica, listadas na BM&FBOVESPA, dos exercícios mencionados. O setor de energia elétrica foi escolhido devido sua representatividade no mercado acionário brasileiro - 16,46% do total; à modernização na regulamentação contábil ocorrida como processo de privatização das empresas estatais; e por adotar normatizações internacionais na elaboração de suas demonstrações contábeis, contribuindo assim para a análise temporal proposta no presente estudo. No presente trabalho pode-se verificar a evolução dos informações que as empresas do setor de energia elétrica estão divulgando ao mercado, avaliando o comportamento das informações sobre riscos potenciais para os usuários das demonstrações contábeis. Os resultados encontrados mostram que as empresas do setor de energia elétrica tiveram evolução em sua divulgação de riscos potenciais principalmente entre os anos 2002 e 2006, fato este devido à modernização da regulamentação contábil neste período; nos períodos entre os anos 2010 e 2012, houve melhora na quantidade das informações sobre riscos potenciais, que o setor de energia elétrica passou a divulgar ao mercado, com relatórios mais detalhados, com maior número de evidências para que os usuários das demonstrações contábeis possam distinguir quais empresas apresentam maior risco e qual o nível de risco das companhias. Com isto pode-se verificar que as empresas do setor estudado apresentaram uma curva de aprendizagem conforme a evolução da legislação aplicável a matéria estudada.

Palavras chave: provisões, passivos contingentes, riscos potenciais.

ABSTRACT

PRADO, Fabricio José do. **Analysis of the behavior of disseminating information on provisions and contingent liabilities of companies in the electricity sector listed on the BM & FBOVESPA. 2014. Dissertação (Mestrado)** – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2014.

The objective of this work is to identify the behavior of the disclosure of the potential risks posed by information contained in provisions and contingent liabilities of companies. The study analyzed the dissemination of information about potential risks in the financial statements for the years 2002, 2006, 2010 and 2012, using as a parameter the recommendations of national standards bodies: 2012 was the closest to the closure of the data collection period, while in each of the remaining periods mentioned significant changes in terms of accounting standards. The search field of this study represents the notes to the financial statements of companies in the electricity sector listed on the BM&FBOVESPA, the exercises mentioned. The electricity sector was chosen due to its representation in the Brazilian market - 16.46 % of the total; modernizations in accounting regulation occurred as the privatization of state enterprises; and adopt international norms in preparing its financial statements, thereby contributing to the temporal analysis proposed in this study. In the present work can be seen the evolution of information that companies in the electric power industry are touting the market, evaluating the behavior of information on potential risks to users of the financial statements. The results show that companies in the electricity sector had developments in their disclosure of potential risks mainly between 2002 and 2006, a fact due to the modernization of accounting regulation in this period; the periods between the years 2010 and 2012 , there was an improvement in the amount of information about potential risks, the electricity sector began to disclose to the market, with more detailed reports, with more evidence that users of financial statements can distinguish which companies present greater risk and what level of risk companies. With this it can be seen that the companies analyzed sector showed a learning curve as the evolution of the material being studied applicable law.

Key-words: provisions, contingent liabilities, potential risks.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Quantidade de empresas por setor	52
Tabela 2: Quadro das empresas pesquisadas	53
Tabela 3: Questionário sobre Provisões e Passivos Contingentes.....	54
Tabela 4: Alfa de <i>Cronbach</i>	54
Tabela 5: Escala de classificação sobre a qualidade das informações	55
Tabela 6: Estatística descritiva dos dados quantitativos em 2002.....	56
Tabela 7: Relação das empresas que divulgaram passivos contingentes em 2002	57
Tabela 8: Nível de divulgação das provisões em 2002	58
Tabela 18: Nível de divulgação e evidenciação dos passivos contingentes em 2002	59
Tabela 10: Estatística descritiva dos dados qualitativos em 2002.....	59
Tabela 11: Frequência das empresas por índice de divulgação 2002.....	60
Tabela 12: N° de palavras segregados por quartis em 2002	60
Tabela 13: Características das informações divulgadas sobre riscos potenciais em 2002	60
Tabela 14: Estatística descritiva dos dados quantitativos em 2002 e 2006	62
Tabela 15: Estatística descritiva dos dados quantitativos - passivos contingentes em 2006	63
Tabela 16: Relação das empresas que divulgaram passivos contingentes em 2006 (em milhares de reais).....	64
Tabela 17: Nível de divulgação das provisões em 2006	64
Tabela 18: Nível de divulgação dos passivos contingentes em 2006.....	65
Tabela 19: Estatística descritiva dos dados qualitativos em 2006.....	66
Tabela 20: Frequência das empresas por índice de divulgação 2006.....	67
Tabela 21: N° de palavras segregados por quartis em 2006	67
Tabela 22: Características das informações divulgadas sobre riscos potenciais em 2006	68
Tabela 23: Estatística descritiva dos dados quantitativos em 2006 e 2010	69
Tabela 24: Estatística descritiva dos dados quantitativos - passivos contingentes em 2010	70
Tabela 25: Relação das empresas que divulgaram passivos contingentes em 2010	70
Tabela 26: Nível de divulgação das provisões em 2010	71
Tabela 27: Nível de divulgação dos passivos contingentes em 2010.....	72

Tabela 28: Estatística descritiva dos dados qualitativos em 2010.....	72
Tabela 29: Frequência das empresas por índice de divulgação 2010.....	73
Tabela 30: N° de palavras segregados por quartis em 2002	73
Tabela 31: Características das informações divulgadas sobre riscos potenciais em 2010	74
Tabela 32: Estatística descritiva dos dados quantitativos em 2010 e 2012	74
Tabela 33: Estatística descritiva dos dados quantitativos - passivos contingentes em 2012	75
Tabela 34: Características da divulgação dos passivos contingentes em 2012 (em milhares de reais).....	76
Tabela 35: Nível de divulgação das provisões em 2012	77
Tabela 36: Nível de divulgação dos passivos contingentes em 2012.....	77
Tabela 37: Estatística descritiva dos dados qualitativos em 2012.....	78
Tabela 38: Frequência das empresas por índice de divulgação 2012.....	78
Tabela 39: N° de palavras segregados por quartis em 2012	79
Tabela 40: Características das informações divulgadas sobre riscos potenciais em 2012	79
Tabela 41: Evolução na divulgação das contingências do período de 2002 a 2012.....	81
Tabela 42: Divulgação dos riscos trabalhistas.....	87
Tabela 43: Divulgação dos riscos tributários	87
Tabela 44: Divulgação dos riscos cíveis	88
Tabela 45: Divulgação dos riscos regulatórios.....	88
Tabela 46: Divulgação dos riscos ambientais.....	88
Tabela 47: Total das provisões das empresas do setor de energia elétrica separadas por tipo.....	89
Tabela 48: Total dos passivos contingentes das empresas do setor de energia elétrica separadas por tipo	89

LISTA DE SIGLAS

Ilustração 1: Reconhecimento das provisões e contingências passivas.....	40
Ilustração 2: Diferenças entre provisão e passivo contingente.....	41
Ilustração 3: Esquema de trabalho de pesquisa	51
Ilustração 4: Divulgação dos passivos contingente	83
Ilustração 5: Gráfico do nível de divulgação.....	83
Ilustração 6: Número de palavras divulgadas.....	84
Ilustração 7: Qualidade de divulgação das notas explicativas.....	85

LISTA DE SIGLAS

ABAMEC – Associação Brasileira dos Analistas de Mercado de Capitais, substituída pela APIMEC - Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais

ABRACONEE - Associação Brasileira dos Contadores do Setor de Energia Elétrica

ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica

ANEFAC - Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade

BM&FBOVESPA - Bolsa de Mercadorias & Futuros e Bolsa de Valores de São Paulo

CFC - Conselho Federal de Contabilidade

CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis

CVM - Comissão de Valores Imobiliários

DFP - Demonstrações Financeiras Padrões

FASB - Financial Accounting Standards Boards

FIPECAFI - Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras

IAS - International Accounting Standards

IASC - International Accounting Standards Committee

IASB - International Accounting Standards Board

IBRACON - Instituto Brasileiro dos Auditores Independentes do Brasil

NPC - Normas e Procedimentos de Contabilidade

SFAS - Statement of Financial Accounting Standards

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	16
1.1. Contextualização.....	16
1.2. Problema de pesquisa.....	18
1.3. Objetivo do estudo	18
1.3.1. Etapas da pesquisa	18
1.4. Justificativa e contribuições.....	19
1.5. Estrutura do trabalho.....	20
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	21
2.1. Riscos Potenciais	21
2.2. OBRIGAÇÕES, PASSIVOS E RISCOS POTENCIAIS	23
2.2.1. Obrigação legal, construtiva e justa.....	23
2.2.2. Conceito de passivo	25
2.2.3. Riscos potenciais (provisões e passivos contingentes).....	28
2.3. DIVULGAÇÃO DOS RISCOS POTENCIAIS	30
2.3.1. Contexto Brasileiro Institucional – Setor de Energia Elétrica.....	30
2.3.2. Aspectos legais sobre provisões e contingências passivas	31
2.3.3. Resolução ANEEL 444/01, Deliberação CVM N° 489/05 e 594/09.....	35
2.3.4. Efeitos da divulgação dos riscos potenciais	42
2.3.5. Conservadorismo na divulgação dos riscos potenciais.....	44
2.4. Estudos anteriores sobre passivos contingentes.....	48
3. METODOLOGIA E INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS	50
3.1. Campo de pesquisa	51
3.3. Roteio para coleta de dados	53
4. ANÁLISE DA DIVULGAÇÃO DOS RISCOS POTENCIAIS PELAS EMPRESAS DO SETOR DE ENERGIA ELÉTRICA.....	56
4.1. Característica da divulgação dos riscos potenciais em 2002	56
4.1.1. Característica quantitativa na divulgação dos riscos potenciais em 2002	56
4.1.2. Características qualitativas na divulgação dos riscos potenciais em 2002	58
4.2. Característica do comportamento da divulgação dos riscos potenciais entre 2002 e 2006.....	61
4.2.1. Característica quantitativa na divulgação dos riscos potenciais entre 2002 e 2006	61

4.2.2.	Características qualitativas na divulgação dos riscos potenciais entre 2002 e 2006	64
4.3.	Características da divulgação dos riscos potenciais entre 2006 e 2010.....	68
4.3.1.	Características quantitativas na divulgação dos riscos potenciais entre 2006 e 2010	68
4.3.2.	Características qualitativas na divulgação dos riscos potenciais entre 2006 e 2010	71
4.4.	Características da divulgação dos riscos potenciais entre 2010 e 2012.....	74
4.4.1.	Características quantitativas na divulgação dos riscos potenciais entre 2010 e 2012	74
4.4.2.	Características qualitativas na divulgação dos riscos potenciais entre 2010 e 2012	76
4.5.	Análise da divulgação dos riscos potenciais entre os períodos 2002, 2006, 2010 e 2012 – curva de aprendizagem do setor.....	80
4.6.	Os riscos divulgados pelas empresas	86
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	91
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	95
	ANEXO I – Empresas Objeto do Estudo	100
	ANEXO II – Nível de Divulgação das empresas	101
	ANEXO III – Total de Provisões por Empresas.....	102
	ANEXO IV – Total de Passivos Contingentes por Empresas	103

1. INTRODUÇÃO

1.1. Contextualização

Ragazzi, Magalhães e Bortolozzi (2012) abordaram, em matéria publicada pelo jornal Valor Econômico, o efeito da divulgação dos riscos potenciais, na qual, o ex-conselheiro da TIM Participações, empresa de telefonia celular brasileira, alertou para a insuficiência de provisões diante dos altos valores de passivos contingentes. O autor dos questionamentos foi a JVCO Participações, do empresário Nelson Tanure. O questionamento refere-se à quantia que a TIM Participações provisionou a título de riscos tributários. A JVCO afirma também que as provisões para risco tributário foram progressivamente reduzidas durante a gestão de Luca Luciani, que assumiu a presidência da TIM Participações em 2009. No exercício daquele ano, as provisões tributárias foram equivalentes a 10,65% dos passivos contingentes e em 2010, reduzidas para 6%. Em comunicado realizado pela empresa TIM Participações, esta cita uma nota explicativa das demonstrações financeiras de 2011 pela qual o montante refere-se a contingências cujo grau de risco, segundo avaliação interna e de profissionais independentes, não exige provisionamento de acordo com as normas contábeis aplicáveis à matéria.

As regulamentações (CPC 25: Lei 11.638/07), que atualmente regem a divulgação e contabilização dos riscos contingentes, têm como base a incerteza em relação a análise da probabilidade da ocorrência das futuras perdas. Este fato pode gerar certa ambiguidade na avaliação de administradores, auditores e contadores no julgamento apropriado para as perdas contingenciais que serão evidenciadas pelas organizações ao mercado (NELSON E KINNEY JR., 1997; HOFFMAN E PATTON, 2002; PENNO, 2008; DU E STEVENS; 2010; DU, STEVENS E MCENROE, 2011).

O objetivo destas regulamentações é assegurar que sejam aplicados critérios de reconhecimento e bases de mensuração apropriada às provisões, passivos contingentes e ativos contingentes e que seja divulgada informação suficiente nas notas explicativas, para permitir que os usuários entendam a natureza, oportunidade e valor das contingências que estão envolvidas (CPC 25; Lei 11.638/07).

Tomando-se por base os conceitos emanados pela teoria contábil e pelas principais regulamentações sobre o tema estudado, as contingências ou riscos potenciais

de que determinada organização participa devem ser transmitidos ao mercado em que está inserida, pois esta comunicação será o meio pelo qual a empresa diminuirá a assimetria entre suas informações e as que o mercado possui (JENSEN E MECKLING, 1976; AKERLOF, 1970).

Também, sob a perspectiva da teoria da sinalização, a divulgação das informações contábeis sobre natureza, oportunidade e valor seria uma forma de comunicação das características das contingências que alteram as crenças e transmitem informações a outros indivíduos de forma credível (SPENCE, 1973; MILGRON E ROBERTS, 1992; SPENCE, 2002).

Em seu estudo, Blacconiere e Patten (1994) documentaram reações negativas do mercado de capitais em relação às empresas que não divulgaram informações sobre suas provisões e passivos contingentes. Eles examinaram reações do mercado de capitais das empresas químicas por ocasião de um vazamento químico catastrófico. As evidências mostraram que empresas químicas, com divulgações ambientais mais completas em seus relatórios financeiros antes do vazamento experimentaram reações do mercado de capitais menos negativas que as empresas com divulgações menos completas.

Gleason e Mills (2002) investigaram os fatores que explicam quais decisões as empresas utilizam na divulgação e reconhecimento das contingências tributárias. Os resultados encontrados foram que as adições para constituição dos passivos contingentes tributários aumentam em relação à constituição das provisões quando há aumento na expectativa de perdas (prejuízos) pela empresa. Também foram encontradas evidências sobre o grau que as empresas seguem os requisitos do Statement of Financial Accounting Standards nº 5, Accounting for Contingencies (SFAS 5), em um ambiente em que os investidores não dispõem de informações sobre o passivo fiscal contingente, ao contrário da definição de responsabilidade ambiental (divulgação sobre passivos ambientais) em que os investidores podem obter informações (nos EUA há agência que dispõe de informações sobre os passivos contingentes ambientais denominada “*Superfund data*”).

1.2. Problema de pesquisa

Considerando o tratamento dispensado pelas empresas às provisões e aos passivos contingentes, no mercado brasileiro, esta pesquisa buscará, responder à seguinte questão:

Qual o comportamento do nível de divulgação dos riscos potenciais nas empresas do setor de energia elétrica listadas na BM&FBOVESPA, considerando sua natureza, descrição, materialidade durante o período de 2002, 2006, 2010 e 2012?

1.3. Objetivo do estudo

O objetivo deste trabalho é identificar o comportamento da divulgação dos riscos potenciais durante o período de 2002, 2006, 2010 e 2012, na evidenciação dos riscos potenciais representados pelas informações contidas nas provisões e passivos contingentes das empresas.

1.3.1. Etapas da pesquisa

- Analisar as Notas Explicativas referentes aos passivos contingentes avaliando seu conteúdo em relação às exigências das regulamentações (Lei 6.404/76; Lei 11.638/08; CPC 25 e Regulamentações da ANEEL) no que concerne à divulgação das provisões e passivos contingentes; natureza, descrição, valor e oportunidade destas incertezas;
- Analisar qual a participação das provisões no ativo, passivo e receita líquida das empresas do estudo, visando identificar níveis de comprometimento dos recursos patrimoniais das empresas;
- Avaliar a materialidade das provisões, verificando o impacto sobre o ativo, passivo e receita líquida, caso as empresas que têm exigibilidades contingentes consideradas como possíveis se transformassem em prováveis;
- Criar do índice denominado nesta pesquisa como “índice de divulgação dos riscos potenciais” para avaliação das empresas do setor estudado.

1.4. Justificativa e contribuições

Com o desenvolvimento do tema proposto pretende-se entender se as empresas do setor estudado estão diminuindo a assimetria de informação, com as divulgações sobre os seus riscos potenciais, ou seja, quais informações sobre passivo contingente e provisões estão divulgando ao mercado.

A presente pesquisa também contribui para demonstrar como as empresas do setor de energia elétrica desenvolveram uma curva de aprendizagem sobre os riscos potenciais, de acordo com a evolução da legislação vigente, melhorando a qualidade das informações para o mercado. Outro resultado importante deste estudo é em relação à demonstração do impacto que os riscos potenciais podem causar caso se tornem realizáveis. Foram analisados dados dos anos de 2002, 2006, 2010 e 2012, que são períodos em que ocorreram alterações das normas, com a finalidade de melhor avaliar as mudanças nas informações oferecidas pelas companhias sobre as provisões e passivos contingentes durante este período.

Segundo a ABRADDEE (Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica) o setor elétrico brasileiro passou por reformas institucionais recentes, ocorridas entre 1995 e 2004, estas reformas resultaram no desenvolvimento da atual estrutura de funcionamento do setor. O faturamento do setor de energia elétrica segundo dados da ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) em 2013 foi de R\$ 79.255.726.983,01. O setor foi escolhido por possuir regulamentação própria em convergências com as normas internacionais desde 2002, sendo possível analisar a curva de aprendizagem e aderência à regulamentação sobre provisões e passivos contingentes.

A escolha do tema sobre divulgação dos riscos potenciais, objeto deste estudo, pode ser compreendida pelo argumento utilizado por Ross (1997), no qual, os investidores baseiam suas decisões sobre investimentos em informações emitidas pelas empresas e no argumento de Lismeier et. al. (1998 p. 193), de que as informações sobre provisões e contingências reduziram a incerteza relacionada a estes fatos e enriqueceriam a informação disponível para usuários das demonstrações financeiras.

Lismeier et. al. (1998) ao comentar a exposição IASC (International Accounting Standards Committee) E59, que daria origem ao IAS 37, destacou que as informações sobre provisões e passivos contingentes são pertinentes em decisões de *valuation* das organizações, proveem informação pertinente aos mercados, tais como descrição da natureza e incerteza da obrigação, componentes críticos para estimativa da

obrigação, revisões subsequentes dessas estimativas e outros fatos pertinentes necessários para avaliar a probabilidade e magnitude da obrigação.

Segundo os autores mencionados, mercados de capitais desenvolvidos reagem negativamente quando empresas com obrigações potencialmente incertas que dependam de eventos futuros, não divulgam estas obrigações em suas demonstrações financeiras. Coerentemente, estes mesmos mercados de capitais reagem de forma mais positiva quando organizações com riscos potenciais proveem informações contábeis credíveis sobre tais obrigações. Isto sugere que os custos de agência de prover tal informação sejam compensados, ao menos parcialmente, pelos benefícios potenciais de reconhecimento e divulgação que reduzem incerteza sobre as obrigações potenciais.

Alguns estudos têm relatado que a não evidenciação das informações a respeito dos riscos potenciais das empresas podem afetar a percepção do mercado em relação a estas organizações. Neste caso, os investidores reagem negativamente se estas, não proveem informações sobre suas contingências (BLACCONIERE E PATTEN, 1994, BLACCONIERE E NORTHCUT; 1997, LISMEIER et. al. 1998).

1.5. Estrutura do trabalho

O presente trabalho apresenta-se estruturado da seguinte forma:

O Capítulo I é dedicado à introdução do trabalho, em que são apresentados: a contextualização do tema, delineamento do problema de pesquisa, os objetivos gerais e específicos a serem alcançados e a justificativa e contribuição desejada com a pesquisa.

No Capítulo II é apresentado o referencial teórico do estudo, que trata dos riscos potenciais e sua aplicação para divulgação dos riscos potenciais, bases conceituais para reconhecimento, mensuração e divulgação de provisões e passivos contingentes e influência do conservadorismo nestas evidenciações.

Em seguida, no Capítulo III são apresentadas a metodologia e o instrumento de coleta de dados, descrição do campo de pesquisa, realização da pesquisa documental com base em dados secundários e, no Capítulo IV são realizadas as análises dos dados obtidos.

Finalmente, no Capítulo V são expostas as considerações finais obtidas no estudo, com vistas ao cumprimento do objetivo proposto e à resposta ao problema de pesquisa e as limitações do trabalho. A pesquisa encerra-se com a exposição dos anexos e bibliografia consultada.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. Riscos Potenciais

As empresas, ao evidenciarem seus riscos potenciais (provisões e passivos contingentes), podem diminuir a assimetria de informação (dados que apenas uma das partes tem sobre as características de um negócio) por meio da transmissão de informações privadas sobre suas contingências para os participantes do mercado, ou seja, a sinalização de mercado é um processo pelo qual os vendedores (agentes) enviam sinais aos compradores (principal), transmitindo informações a respeito da qualidade do produto (AKERLOF, 1970; MILGRON e ROBERTS, 1992).

Segundo Milgron e Roberts (1992), a sinalização é a tentativa de alguns componentes de um mercado em comunicar a sua informação privada de forma credível.

Spence (1973) abordou a sinalização, utilizando a área de recursos humanos enfatizando três aspectos: (1) a definição e propriedade de um equilíbrio sinalizador, (2) a interação entre sinais potenciais e a (3) eficiência alocativa do mercado.

Segundo Spence (1973), a sinalização é conceituada como sendo os atributos dos indivíduos e/ou organizações, em um mercado que podem alterar crenças. A sinalização somente funciona se produzir efeitos quando os sinais enviados servirem para diferenciar seus participantes.

Para Spence (2002), a premissa do modelo de sinalização, especificamente do mercado de trabalho, é que os atributos potenciais que o interessado não pode observar é que afetam a expectativa futura; analisando o mercado de capitais, os fatos que os investidores não podem observar é que iriam afetar o valor das organizações.

Em relação às empresas, pode-se perceber que o conceito proposto pela referida teoria, se adapta à divulgação dos riscos potenciais, pois estes podem afetar o desempenho da organização e, posteriormente, o seu valor.

Para Spence (2002), em mercados nos quais a questão é diferenciar a alta ou a baixa qualidade, o alinhamento de incentivos é tipicamente imperfeito, pois os proprietários dos produtos de alta qualidade querem enviar sinais para que seus produtos distingam-se dos de baixa qualidade. No entanto, os proprietários dos produtos de baixa qualidade imitam o sinal dos proprietários dos produtos de alta qualidade,

obscurando a avaliação da distinção, ou seja, fazendo com que esta diferença de qualidades entre eles não seja bastante clara.

Ross (1977) utilizou a teoria da sinalização para finanças: ele investigou o teorema de Modigliani-Miller sobre a irrelevância da estrutura financeira, que assume, implicitamente, que o mercado possui todas as informações sobre as atividades das empresas, mas se os gestores possuem informação privilegiada, a escolha de um cronograma de incentivo gerencial e da estrutura financeira sinalizam informações ao mercado e, em equilíbrio competitivo as inferências a partir dos sinais serão validadas. Uma implicação empírica dessa teoria é que, em uma seção transversal, os valores das empresas irão subir com alavancagem, já que o aumento desta eleva a percepção do mercado de valor.

Cohen et. al. (2011) examinaram o papel das divulgações de informações contábeis sobre garantias e a razão da utilização de políticas de garantia como uma estratégia de negócio para promoção de produtos. Segundo eles, uma provisão de garantia pode servir como um sinal sobre a qualidade do produto, bem como um passivo contingente. Coerente com essa visão, os autores acharam que o mercado de ações reconhece que: (1) a provisão de garantia contém informações sobre o desempenho futuro das empresas, e (2) é uma exigibilidade.

Os riscos potenciais divulgados pelas empresas segundo a perspectiva da teoria da sinalização teriam a função de diminuir a assimetria de informação em agentes (organização) e principal (acionistas). Ao divulgar estas informações ao mercado, as empresas enviam potenciais atributos da organização. Por exemplo, uma organização que apresenta bons indicadores sobre seu desempenho, mas não divulga determinado risco potencial, como uma ação ambiental, que pode comprometer o andamento futuro da empresa, não estará enviando sinais importantes para o mercado, podendo afetar seu valor se tal fato for descoberto. Sem a sinalização dos riscos potenciais, pode-se adaptar o exemplo de Akerlof (1970), no qual, as organizações que não têm grandes riscos potenciais seriam igualadas às empresas que possuem vários riscos potenciais. Dessa forma, suas ações seriam negociadas a um preço médio, permitindo observar alteração no volume de negociação das ações das companhias, por não ser possível diferenciar as boas das más empresas.

2.2. OBRIGAÇÕES, PASSIVOS E RISCOS POTENCIAIS

2.2.1. Obrigação legal, construtiva e justa

O processo de transformação de uma obrigação em passivo, geralmente, acontece quando houver evidências de provável saída de recursos da entidade e for possível mensurá-los com segurança. Alguns autores têm ressaltado que um dos principais problemas nas definições sobre passivos, provisões e passivos contingentes do IASB (International Accounting Standard Board) e do FASB (Financial Accounting Standard Board) é em relação à utilização do termo “provável” (BOTOSAN *et al.*, 2005; DU, STEVENS e MCENROE, 2011; HOFFMAN e PATTON, 2002; NELSON e KINNEY JR., 1997).

Botosan *et. al.* (2005, p. 159) iniciaram seu artigo com o questionamento “o que torna uma obrigação exigível?¹”. Para o CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis), o evento que cria uma obrigação é aquele que dá origem a uma exigibilidade legal, ou não formalizada, em que a entidade não tenha uma alternativa senão liquidá-la.

Os referidos autores, ressaltando que a contabilização de obrigações implica a avaliação da posição financeira atual e futura da empresa com base nos riscos, receitas e fluxos de caixa, destacam problemas fundamentais não resolvidos em níveis conceituais, de definição e prática, incluindo quando e como reconhecer, classificar, medir e definir a extinção da obrigação.

Alguns dos principais problemas para os referidos autores são: o que distingue passivos de patrimônio líquido? Determinados instrumentos de financiamento podem ser classificados como obrigações, patrimônio líquido ou, em alguns casos, como ambos? E como mensurá-los? Quando uma empresa deveria reconhecer uma obrigação por promessa futura (por exemplo, garantia) e como mensurá-la quando sua probabilidade de ocorrência é baixa? E quando esta obrigação deveria ser desconhecida?

As obrigações assumidas, por exemplo, por promessa futura como as garantias de produtos em função de potenciais defeitos, requerem procedimentos para mensurar a responsabilidade assumida pela organização, ou seja, como devem ser contabilizadas:

¹ “What makes an obligation a liability”

como provisão ou como passivo contingente? A determinação de tal processo dependerá da probabilidade de ocorrência destes eventos, de estimativas que confirmem ou não a ocorrência deste fato.

A definição de obrigações, propriamente, é mais ampla do que a definição de obrigações legais, que é usada para referir-se a exigibilidades impostas legalmente, socialmente ou para quem é obrigado a fazer por promessa, contrato, responsabilidade moral, entre outros fatores (BOTOSAN et al, 2005).

As obrigações podem existir de várias formas e em diferentes tempos, e estas formas de obrigação e o seu tempo de ocorrência podem caracterizá-los em um passivo. Geralmente, as exigibilidades legais dão origem a um passivo, mas outras obrigações como às construtivas e justas também podem ser consideradas como passivos.

Assim, podem-se classificar as obrigações como legais, justas ou construtivas. Obrigações justas são as chamadas morais, pois resultam de limitações éticas ou morais e, não de origens legais; as construtivas decorrem de costumes. Nem as exigibilidades construtivas ou justas são necessariamente executáveis por meio legais, não obstante, ambas as partes podem considerá-las como responsabilidades bem definidas. A posição mais estrita era a de que somente as obrigações legais deveriam ser incluídas como passivos contábeis (HENDRIKSEN e VAN BREDA, 1999, p. 287), não sendo esta a posição atual do IASB/CPC/FASB.

O CPC 25 define “obrigação legal” como “uma obrigação que deriva de: (a) contrato (por meio de termos explícitos ou implícitos); (b) legislação; ou (c) outra ação da lei”. Este mesmo dispositivo legal define “Obrigação não formalizada” como

uma obrigação que decorre das ações da entidade em que: (a) por via de padrão estabelecido de práticas passadas, de políticas publicadas ou de declaração atual suficientemente específica, a entidade tenha indicado a outras partes que aceitará certas responsabilidades; e (b) em consequência, a entidade cria uma expectativa válida nessas outras partes de que cumprirá com essas responsabilidades.

A criação da referida expectativa tem criado parâmetros legais de exigibilidade, ao contrário do entendimento anterior retromencionado em Hendriksen e Van Breda (1999, p. 287).

Responsabilidades decorrentes de obrigações justas ou construtivas são comumente pagas, da mesma forma, das obrigações legais. Botosan et al (2005), também, fizeram parte daqueles autores que entendiam que lhes faltava a sanção legal característica da maioria dos passivos; as exigibilidades justas ou construtivas são

atreladas a sanções sociais ou morais. A regulamentação contábil existente não é consistente na identificação dos fatos geradores que dão origem às obrigações.

Como se pode perceber, os passivos são advindos de obrigações, sejam elas legais, justas, ou construtivas, ou seja, independente da formalização desta exigibilidade, desde que haja uma ação direta da entidade, em criar uma determinada responsabilidade, perante outros, e que exijam a transferência de recursos de uma entidade para outra, para que seja possível sua liquidação.

Na legislação vigente a separação das obrigações para serem reconhecidas nas demonstrações contábeis ou em notas explicativas depende de sua probabilidade de ocorrência, sendo que, quando classificadas em prováveis tem efeito sobre o resultado da empresa, quando classificadas em possíveis devem ser divulgadas em notas explicativas, no caso de serem remotas, nenhum tratamento é previsto.

Penno (2008) avalia que as regras contábeis têm uma área cinzenta, onde não se consegue enquadrar algumas situações nas definições das normas, ou seja, as normas apresentariam problemas semânticos em sua interpretação. Avaliando a legislação sobre provisões pode-se perceber esta área cinzenta na dificuldade dos elaboradores das demonstrações contábeis em classificar as obrigações (passivos) de acordo com as prescrições das regulamentações contábeis em prováveis, possíveis e remotas, dependendo, esta classificação da avaliação interna da organização e de pareceres jurídicos.

2.2.2. Conceito de passivo

No tópico anterior, foram estudados os tipos de obrigações, que são os fatos geradores dos passivos. A seguir, serão analisadas as definições emanadas pelos órgãos regulamentadores FASB e IASB sobre passivos e a posição de alguns autores sobre essas definições. Além disso, no tópico passado, foi visto que o fato gerador de um passivo é uma obrigação, seja ela legal, construtiva ou justa, desde que uma entidade assuma determinada responsabilidade em relação a um terceiro. Pode-se perceber que o conceito de “obrigação presente” consta nas definições destes órgãos regulamentadores. As obrigações presentes representam exigibilidades assumidas por uma entidade, seja ela formalizada ou não formalizada.

A definição do SFAS nº 6 - Classification of Short-Term Obligations Expected to be Refinanced - do FASB é de que passivos são “prováveis sacrifícios futuros de benefícios econômicos decorrentes de obrigações presentes de uma entidade particular de transferir bens ou prestar serviços a outras entidades no futuro como resultado de transações ou eventos passados²”

A definição acima inclui duas condições: (1) um sacrifício futuro provável de benefícios econômicos decorrentes de uma obrigação presente deve existir e (2) um evento que cria obrigações deve ter ocorrido. Estas condições são relacionadas porque uma obrigação presente surge quando um fato gerador da obrigação ocorre (KAM, 1990; BOTOSAN et al, 2005).

Hendriksen e Van Breda (1999) também destacam que, segundo o FASB, um passivo possui três características essenciais: (1) Obrigação presente - contém uma obrigação ou responsabilidade presente com uma ou mais entidades, prevendo liquidação pela transferência futura provável ou pelo uso de ativos numa data especificada ou determinável, na ocorrência de um evento predeterminado, ou assim que seja solicitada; (2) Obrigações legais, justas ou construtivas – obrigação ou responsabilidade assumida pelas entidades, permitindo-lhe pouca ou nenhuma liberdade para evitar o sacrifício futuro; (3) A transação ou outros eventos – um acontecimento de alguma consequência para entidade.

Kam (1990) apresenta críticas em relação à definição do FASB sobre passivos, por entendê-la como redundante, e apresenta uma definição de passivos com alguns ajustes: “Passivo são obrigações de uma entidade particular que lhe exige transferir bens ou prestar serviços a outras entidades no futuro, e são resultados de transações ou eventos passados³”.

Para o autor, sacrifícios futuros de benefícios econômicos têm o mesmo significado que transferência de ativos ou prestação de serviços a outras entidades no futuro. Os passivos são, por vezes, referidos como "específicos", ou seja, redutores dos ativos da entidade. Uma entidade é capaz de ter bens, porque realizou a captação de determinados fundos para sua aquisição. Portanto, a quantidade total de ativos que uma empresa possui tem relação direta com suas obrigações. Estas obrigações são de dois

² “probable future sacrifices of economic benefits arising from present obligations of a particular entity to transfer assets or provide services to other entities in the future as a result of past transactions or events”

³ “liabilities are obligations of a particular entity which necessitate the entity to transfer assets or render services to other entities in the future, and are the result of past transactions or events”

tipos: obrigação de credores (passivos) e dos proprietários. Os direitos dos credores e proprietários são diferentes. Os credores podem reclamar seus direitos sobre os ativos em caso de liquidação, e suas reivindicações são sempre mais "específicas" do que as de proprietários com relação à quantidade e o momento do pagamento.

A definição, emanada pelo CPC 25, apresenta o passivo como “uma obrigação presente da entidade, derivada de eventos passados, cuja liquidação se espera que resulte na saída de recursos da entidade capazes de gerar benefícios econômicos”. Pode-se perceber que esta definição está com critérios iguais ao do FASB.

Pode-se também definir passivo como obrigações ou compromissos de uma empresa no sentido de entregar dinheiro, bens e serviços a uma pessoa, empresa ou organização externa em alguma data futura. Esta definição não exclui o reconhecimento de perdas potenciais, os chamados “riscos potenciais”, como passivos, registrando-as a seu valor esperado (HENDRIKSEN e VAN BREDA, 1999).

O reconhecimento de um passivo requer o fato gerador da obrigação, mas a definição não especifica que tipo de evento qualifica-se como um fato que cria obrigações. O passivo deve ser mensurado por valor que representa os sacrifícios futuros prováveis, necessários para sua liquidação (BOTOSAN *et al*, 2005; SAMUELSON, 1993).

Quando um recurso ou uma obrigação aparece numa demonstração financeira, diz-se que foi reconhecido. O reconhecimento de um passivo não decorre automaticamente da possibilidade de definição, não se pode registrar um elemento quando não é possível medi-lo. Entretanto, simplesmente porque um passivo não pode ser medido, não quer dizer que não é um passivo, pois continua sendo um passivo não reconhecido (HENDRIKSEN E VAN BREDA, 1999).

Atualmente, caracteriza-se a situação de reconhecimento retrodescrita como passivos contingentes, devendo este ser inserido nas Notas Explicativas, com a descrição da natureza, valor e oportunidade destas contingências, para que os usuários das informações possam analisar os sinais que as empresas estão emitindo a respeito de suas incertezas.

Segundo o CPC 00, “Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro” um passivo

deve ser reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que uma saída de recursos detentores de benefícios econômicos seja exigida em liquidação de obrigação presente e o valor pelo qual essa liquidação se dará puder ser mensurado com confiabilidade.

O problema principal do passivo não reside em evidenciar um passivo como provisão ou passivo contingente, mas em quando reconhecê-lo e registrá-lo. Não há dúvida de que o reconhecimento de uma despesa é um elemento importante para o reconhecimento de um passivo, pois irá afetar o cálculo do lucro do período (IUDÍCIBUS, 2010).

Pode-se perceber que o ponto principal na divulgação dos passivos é a questão do reconhecimento e mensuração na sua estrutura patrimonial, pois esta informação tem reflexo direto no cálculo do lucro da empresa, já que a determinação de alguns itens como uma contingência ou passivo aumentará ou diminuirá o lucro contábil.

2.2.3. Riscos potenciais (provisões e passivos contingentes)

As provisões e as contingências são passivos por definição, o que os diferenciam são os riscos potenciais envolvidos e a capacidade de mensuração. Segundo Alexander et al. (1996), uma contingência é uma condição ou situação, cujo resultado final, ganho ou perda, só será confirmado na ocorrência, ou não de um ou mais eventos futuros determinados.

Para Hendriksen e Van Breda (1999), unindo as definições de contingência com a de passivos, tem-se a definição de perdas contingenciais (provisões e passivos contingentes) como:

sacrifício futuro provável de benefícios econômicos, resultante de obrigações presentes de uma entidade no sentido de transferir ativos ou prestar serviços a outras entidades no futuro, em consequência de transações ou eventos passados, e cuja liquidação depende de um ou mais eventos futuros com alguma probabilidade de ocorrência.

A definição mais comum de riscos potenciais (passivos contingentes) é uma obrigação que pode surgir, dependendo da ocorrência de um evento futuro (IUDÍCIBUS, 2010).

No SFAS nº 5, os passivos contingenciais devem ser reconhecidos como tal: se satisfizerem a definição de obrigação, a probabilidade de ocorrência de o evento futuro ser relevantemente elevada e se a perda contingente puder ser razoavelmente estimada.

No CPC 25, o passivo contingente é:

(a) uma obrigação possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade; ou (b) uma obrigação presente que resulta de eventos passados, mas que não é reconhecida por que: (i) não é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja exigida para liquidar a obrigação; ou

- (ii) o valor da obrigação não pode ser mensurado com suficiente confiabilidade.

Comentando o texto do IAS 37 - *Provisions, Contingent Liabilities and Contingent Assets*, DU, STEVENS e MCENROE (2011), ressaltam que nesta definição está implícita a questão da probabilidade que é necessária para o reconhecimento deste tipo de passivos (provisões e passivos contingentes), gerando em alguns momentos interpretações diversas.

Deve-se também levar em conta o efeito da ambiguidade que há nos termos constantes nas normas internacionais e nacionais sobre provisões, ativos e passivos contingentes e os julgamentos para divulgação destas informações. Nelson e Kinney Jr. (1997) reportaram os resultados sobre um experimento que examina a influência da incerteza sobre a probabilidade das futuras perdas que ocorreram e a ambiguidade que auditores e contadores encontram nos julgamentos apropriados para as perdas contingenciais que serão divulgadas.

Os termos subjetivos para a determinação do que venha a ser uma provisão ou passivo contingente podem ser utilizados para gerenciar informações contábeis, ou dificultar o entendimento dos contadores, auditores e analistas jurídicos. O objetivo do estudo de Alexander et. al. (1996) era comparar os conceitos e normas contábeis para reconhecimento e divulgação das provisões e passivos contingentes na França e no Reino Unido, a fim de determinar em que medida as informações contábeis fornecidas sob estes títulos nas demonstrações financeiras e notas explicativas são comparáveis entre os dois países. A pesquisa destes autores sugere que a noção de "probabilidade de ocorrência", no Reino Unido, fornece critério para determinar se uma contingência deva ser reconhecida como provisão no balanço ou se é divulgado em notas explicativas (como passivo contingente), situação semelhante na regulamentação francesa.

Como visto, a classificação do que venha a ser provisão ou passivos contingentes é determinada por sua probabilidade de ocorrência futura. No caso da regulamentação apresentada, define-se esta probabilidade pela semântica das palavras “provável”, que indica um maior grau de ocorrência da incerteza, “possível” que demonstra uma possibilidade média de ocorrência e “remota”, que é uma baixa indicação de acontecimento do fato.

Hoffman e Patton (2002) apresentam a adoção da técnica “mais provável do que” ou *More Likely Than Not (MLTN)* em relação a mais provável, como um critério

menos subjetivo e com menos viés e efeito de incentivos para definir quais riscos potenciais de obrigações devem ser divulgados como passivos contingentes.

A inter-relação de passivos e as perdas contingenciais estão intimamente ligadas a três fatores: (1) a probabilidade de ocorrência de determinada obrigação; (2) a ocorrência de evento futuro e (3) a possibilidade de estimar com confiabilidade o valor de ocorrência das contingências. A divulgação das informações sobre os riscos potenciais de uma organização contribuem para melhor avaliação da entidade.

2.3. DIVULGAÇÃO DOS RISCOS POTENCIAIS

2.3.1. Contexto Brasileiro Institucional – Setor de Energia Elétrica

O setor de energia elétrica teve o processo de privatização dividido em dois períodos: 1990-1994 e 1995-2002. O primeiro teve início com o Programa Nacional de Desestatização - PND, instituído pela Lei nº 8.031, de 12.04.90, quando a privatização tornou-se parte integrante das reformas econômicas iniciadas pelo Governo. O segundo ocorreu a partir de 1995, com o governo Fernando Henrique Cardoso, com uma nova fase da privatização, em que os serviços públicos começam a ser transferidos ao setor privado.

Após o período de privatização do setor de energia elétrica, a ANEEL, em outubro de 2001, regulamentou a contabilidade por meio do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, englobando o Plano de Contas revisado, com instruções contábeis e roteiro para elaboração e divulgação de informações econômicas e financeiras (RESOLUÇÃO ANEEL 444/01).

Neste documento foram instituídos roteiros para elaboração das demonstrações contábeis do setor de energia elétrica, em consonância com as normas internacionais de contabilidade. Dentre os tópicos abordados para divulgação e elaboração das demonstrações financeiras destaca-se o item 6.3.22 - Provisão para Contingências. Ajudaram a elaborar o documento as instituições: ABRACONEE (Associação Brasileira dos Contadores do Setor de Energia Elétrica), CFC (Conselho Federal de Contabilidade), CVM (Comissão de Valores Mobiliários), IBRACON (Instituto Brasileiro de Contadores do Brasil) e ABAMEC (Associação Brasileira dos Analistas de Mercado de Capitais, substituída pela APIMEC - Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais), o qual ficou em processo de

audiência pública no período de 22 de agosto a 23 de setembro de 2001 (RESOLUÇÃO ANEEL 444/01).

Antes da promulgação da lei 11.638/2007, a CVM começou a emitir normas em consonância com as internacionais, abrangendo as empresas com ações negociadas no mercado aberto. Uma das normas resultantes deste processo foi a emissão, em 2005, da deliberação CMV nº 489/05 sobre Provisões, Passivos, Contingências Passivas e Contingências Ativas que aprovava o Pronunciamento do IBRACON - NPC Nº 22.

Em dezembro de 2007 foi publicada a Lei nº 11.638/2007, que alterou a Lei nº 6.404/1976. Além disso, em 04.12.2008, foi publicada a Medida Provisória nº 449/2008 (convertida na Lei nº 11.941/2009), a qual trouxe novas alterações para a Lei das S/A.

Com o advento desta lei foi dado ao CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis), criado pela resolução CFC nº 1.055/05, a tarefa de convergência das normas contábeis. Neste processo, o CPC realiza a convergência das normas internacionais que posteriormente aprova estas regulamentações. Órgãos regulamentadores como a ANEEL também aprovam estas legislações.

Uma das normas resultante desse processo é a deliberação CVM 594/09 que aprovou o CPC 25 “Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes”, revogou a deliberação CVM 489/05 e passou a ser obrigatória em 2010. Esta regulamentação está em convergência com o IAS 37 “*Provisions, Contingent Liabilities and Contingent Assets*”.

2.3.2. Aspectos legais sobre provisões e contingências passivas

Analisando a lei 6404/76 pode-se ver algumas menções desta legislação para o tratamento das contingências passivas, especificamente nos artigos:

"Art. 176...

...

§ 5º As notas explicativas devem:

...

IV - indicar:

a) os principais critérios de avaliação dos elementos patrimoniais, especialmente estoques, dos cálculos de depreciação, amortização e exaustão, de constituição de provisões para encargos ou riscos, e dos ajustes para atender a perdas prováveis na realização de elementos do ativo.

...

d) os ônus reais constituídos sobre elementos do ativo, as garantias prestadas a terceiros e outras responsabilidades eventuais ou contingentes;

...

Art. 184 No balanço, os elementos do passivo serão avaliados de acordo com os seguintes critérios:

I - as obrigações, encargos e riscos, conhecidos ou calculáveis... pelo valor atualizado até a data do balanço;" (grifos do autor)

Nos artigos acima expostos a legislação vigente à época já informava a necessidade de informação em notas explicativas das contingências para que houvesse melhor explanação da sua natureza e explicação dos reais riscos envolvidos nas contingências passivas, e ainda determinava como deve ser seu reconhecimento nas demonstrações financeiras.

Em outubro de 2001 a ANEEL por meio da resolução 444/01 institui regulamentação para que as empresas do setor de energia elétrica. Analisando o item 6.3.22 - Provisão para Contingências, desta legislação, observa-se a instituição de critérios para avaliação e definições de provisões e contingências passivas, sendo que a grande mudança que houve foi em relação ao passivo contingente que não existia claramente na lei 6404/76. Esta regulamentação trouxe a distinção sobre as probabilidades de ocorrência das contingências classificando-as como:

... possibilidade de materialização da contingência, considerando a seguinte classificação:

- Provável - quando as possibilidades de perda forem grandes;
- Possível - quando as possibilidades de perda forem médias; e
- Remota - quando as possibilidades de perda forem pequenas.

Neste caso a classificação das contingências como prováveis nos remetem as provisões que devem ser reconhecidas nas demonstrações contábeis, e os passivos contingentes que são evidenciados nas notas explicativas, informando estes riscos potenciais aos usuários da informação contábil.

O NPC 9 (Normas e Procedimentos Contábeis, do Ibracon), de 19 de setembro de 2002, que tratava de Exigibilidades, discutia as características e classificações aplicáveis às exigibilidades (passivos) a serem apresentadas no Balanço Patrimonial e, dentre os conceitos objeto desta regulamentação havia temas relacionados à contabilização e classificação de exigibilidades provenientes de: contratos de arrendamento mercantil (*leasing*); obrigações decorrentes de cálculo atuarial dos fundos de pensão; contingências e provisões em geral; passivos decorrentes de cálculos de Imposto de Renda diferido; extração de minérios; contratos de construção e contratos de concessão.

Esta regulamentação apresenta algumas definições sendo que “exigibilidades são obrigações assumidas por uma entidade (ou por um indivíduo) de entregar a terceiros parte do seu ativo ou lhes prestar serviços” e “Passivos exigíveis são aquelas

obrigações que podem ser objeto de mensuração monetária; são, ainda, obrigações futuras resultantes de transações completadas”.

Esta legislação trata as contingências como obrigações futuras, ou como compromisso futuro, a definição e mensuração de provisões segundo a NPC 9 pode ser vista em seus itens 9 e 10:

9 Algumas exigibilidades podem ser avaliadas somente usando uma elevada dose de estimativa. Como exemplos, temos as provisões para pagamentos a serem feitos de acordo com garantias em vigor, provisões para fazer face a obrigações de aposentadoria e provisões para contingências com probabilidade provável de ocorrência.

10 Outra característica importante é que as exigibilidades sejam passíveis de mensuração monetária por uma quantia definida ou razoavelmente estimada

Nesta regulamentação retro percebe-se ainda a confusão com o termo “provisões”, pois, adotava os termos “provisões para férias” e “provisão para imposto de renda”, que são obrigações certas. O termo provisão atualmente indica incerteza quando ao prazo ou valor de liquidação dos passivos. Na NPC 9 ainda não há distinção entre provisões e passivos contingentes tendo apenas o conceito de provisões com a “probabilidade provável de ocorrência”.

Em 2005 com fundamento no § 3º do art. 177 da lei 6.404/76, a CVM aprovou a deliberação 489/05 que regulamentou a NPC 22 do IBRACON, em processo de internacionalização da contabilidade nacional, determinando novos aspectos para reconhecimento, mensuração e divulgação das provisões e contingências passivas, sendo o principal objetivo desta regulamentação:

definir critérios de reconhecimento e bases de mensuração aplicáveis a provisões, contingências passivas e contingências ativas, bem como definir regras para que sejam divulgadas informações suficientes nas notas explicativas às demonstrações contábeis, para permitir que os usuários entendam sua natureza, oportunidade e seu valor.

Esta legislação modernizou os aspectos até então não muito claros sobre provisões e contingências passivas havendo melhor separação do que é provisão e trazendo o aspecto da incerteza em sua avaliação, e definindo parâmetros mais claros sobre sua mensuração e divulgação; esta norma já estava em consonância com o IAS 37.

Com o advento da lei 11.638/07 e suas alterações não houve grandes mudanças em relação às legislações mencionadas apenas houve inclusão do critério de avaliação dos passivos de longo prazo (não circulantes). A transcrição a seguir, revela as

modificações pelas quais passaram inciso III do artigo 184 com as alterações realizadas da lei das sociedades por ações – 2009, 2007 e 1976:

Art. 184. No balanço, os elementos do passivo serão avaliados de acordo com os seguintes critérios:

...

III - as obrigações, encargos e riscos classificados no passivo não circulante serão ajustados ao seu valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante (Redação dada pela Lei nº 11.941, de 27.05.2009).

III - as obrigações, encargos e riscos classificados no passivo exigível a longo prazo serão ajustados ao seu valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante. (Redação dada Lei nº 11.638, de 28.12.2007)

III - as obrigações sujeitas à correção monetária serão atualizadas até a data do balanço (Redação dada Lei nº 6.404, de 15.12.1976).

Com base nos textos expostos percebe-se que houve para as obrigações de longo prazo mudança em seus critérios de avaliação, passando a ser reconhecidas pelo seu valor presente; antigamente esta avaliação era realizada pela correção monetária.

Após as alterações introduzidas pela lei 11.638/07, a CVM revogou a deliberação 489/05 e aprovou deliberação 594/09 para a aprovação do CPC 25, que passou a vigorar como norma regulamentadora das contingências passivas. No setor de energia elétrica, o CPC 25 passou a vigorar com redação dada pelo despacho nº ANEEL 4.722/09. Com esta alteração as legislações passaram a convergir, tanto a legislação societária por meio da deliberação CVM, como da contabilidade regulamentada, cujo objetivo é parecido com da deliberação CVM 489/05, apenas mudando os termos de contingências passivas para passivos contingentes.

A seguir apresenta-se quadro sumarizando as principais características da evolução das legislações que expõem os conceitos sobre provisões e passivos contingentes.

Quadro 1: Matriz da evolução das legislações sobre provisões e passivos contingentes

	Lei 6.404/76	NPC 9 - 2002	Resolução ANEEL 444/01
Conceito Provisões	Ônus reais constituídos sobre elementos do ativo, as garantias prestadas a terceiros e outras responsabilidades eventuais ou contingentes	Provisões para fazer face a obrigações de aposentadoria e provisões para contingências com probabilidade provável de ocorrência	Não há definição clara apenas sua distinção e critérios de divulgação e mensuração: “Provável - quando as possibilidades de perda forem grandes”
Conceito Passivos Contingentes	Não uma definição clara sobre este conceito	Não uma definição clara sobre este conceito	Distinção das provisões por meio de sua realização: Possível - quando as possibilidades de perda forem médias; e - Remota - quando as possibilidades de perda forem pequenas
Mensuração	Pelo valor atualizado até a data do balanço	Mensuração monetária por uma quantia definida ou razoavelmente estimada	Com base em julgamento da administração
Divulgação	Em notas explicativas, mas não há definição de quais dados divulgar	Em notas explicativas, com principais itens a serem divulgados: como natureza, esfera, situação, valor e risco, saldo no início e final e a provisão do exercício.	Em notas explicativas, mas não há definição de quais dados divulgar
	Deliberação CVM 489/05 e NPC 22	Lei 11.638/07	Deliberação CVM 594/09 e CPC 25
Conceito Provisões	Um passivo de prazo ou valor incertos	Os ônus reais constituídos sobre elementos do ativo, as garantias prestadas a terceiros e outras responsabilidades eventuais ou contingentes	Um passivo de prazo ou valor incertos
Conceito Passivos Contingentes	Uma possível obrigação presente cuja existência será confirmada somente pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros, que não estejam totalmente sob o controle da entidade	não há uma definição clara sobre este conceito	Uma obrigação possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade
Mensuração	o valor reconhecido como provisão deve ser a melhor estimativa do desembolso exigido para liquidar a obrigação presente na data do balanço	Avaliadas pelo valor presente	o valor reconhecido como provisão deve ser a melhor estimativa do desembolso exigido para liquidar a obrigação presente na data do balanço
Divulgação	Em notas explicativas com: o valor contábil no início e no fim do período; provisões adicionais feitas no período, incluindo aumentos nas provisões existentes; valores utilizados (ou seja, incorridos e baixados contra a provisão) durante o período; valores não utilizados revertidos durante o período; e o aumento durante o período no valor descontado a valor presente proveniente	Em notas explicativas, mas não há definição de quais dados divulgar	Em notas explicativas com: o valor contábil no início e no fim do período; provisões adicionais feitas no período, incluindo aumentos nas provisões existentes; valores utilizados (ou seja, incorridos e baixados contra a provisão) durante o período; valores não utilizados revertidos durante o período; e o aumento durante o período no valor descontado a valor presente proveniente

Fonte: Levantamento da pesquisa

2.3.3. Resolução ANEEL 444/01, Deliberação CVM N° 489/05 e 594/09

- Definições:**

Na Resolução ANEEL 444/01, não há apresentação de definição sobre provisão ou passivo contingente. As definições apresentadas nas resoluções CVM 489/05 e

594/09 sobre provisões e passivos contingentes são iguais, sendo apresentado provisões como “um passivo de prazo ou valor incertos”, e passivos contingentes o termo apresentado na deliberação CVM 594/09, que foi denominado de contingência passiva na deliberação CVM 489/05, onde sua definição é:

(a) uma possível obrigação presente cuja existência será confirmada somente pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros, que não estejam totalmente sob o controle da entidade; ou (b) uma obrigação presente que surge de eventos passados, mas que não é reconhecida porque: (i) é improvável que a entidade tenha de liquidá-la; ou (ii) o valor da obrigação não pode ser mensurado com suficiente segurança.

Já o conceito apresentado na deliberação CVM 594/09 sobre Passivo contingente é:

(a) uma obrigação possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade; ou (b) uma obrigação presente que resulta de eventos passados, mas que não é reconhecida por que: (i) não é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja exigida para liquidar a obrigação; ou (ii) o valor da obrigação não pode ser mensurado com suficiente confiabilidade.

As diferenças entre as duas definições encontram-se principalmente em relação à primeira parte, na deliberação CVM 489/05, descreve passivos contingentes como uma “possível obrigação presente” e na deliberação CVM 594/09 é descrito como “uma obrigação possível que resulta de eventos passados”. Na definição da deliberação CVM 594/09 houve a troca de “possível obrigação presente” para uma “obrigação possível que resulta de eventos passados”.

Na deliberação CVM 594/09, passivo “é uma obrigação presente da entidade, derivada de eventos já ocorridos, cuja liquidação se espera que resulte em saída de recursos da entidade capazes de gerar benefícios econômicos.” Já na deliberação CVM 489/05 tem-se que passivo “é uma obrigação presente de uma entidade, decorrente de eventos já ocorridos, cuja liquidação resultará em uma entrega de recursos.”. Na legislação atual tem-se a inclusão de benefícios econômicos em relação à entrega de recursos.

Nas duas legislações há diferenciação das provisões de outros passivos como contas a pagar, fornecedores e provisões derivadas de apropriações por competência, por que segundo a legislação “há incertezas sobre o tempo ou o valor dos desembolsos futuros exigidos na liquidação”.

- **Reconhecimento:**

Na resolução ANEEL 444/01 uma provisão deve, ser constituída, quando observado os seguintes procedimentos:

(a) Deve ser feita uma análise criteriosa das chances de êxito das concessionárias e permissionárias envolvendo processos cíveis, trabalhistas e fiscais, com o objetivo de suportar o adequado julgamento quanto à necessidade ou não da constituição de provisões.

Na deliberação CVM 594/09, uma provisão deve ser reconhecida quando:

(a) a entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado; (b) seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e (c) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação. Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida.

O processo de reconhecimento também é parecido com a deliberação CVM 489/05, a principal mudança está assim como na definição de passivo na troca do termo “benefícios econômicos” por “recursos”. Em ambas as regulamentações “a entidade não deve reconhecer um passivo contingente”. Na deliberação CVM 594/09, o reconhecimento está vinculado “a menos que seja remota a possibilidade de uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos”, item não descrito na CVM 489/05. Complementarmente nas duas legislações o passivo contingente deve ser inserido nas notas explicativas:

Quando a entidade for conjunta e solidariamente responsável por obrigação, a parte da obrigação que se espera que as outras partes liquidem é tratada como passivo contingente. A entidade reconhece a provisão para a parte da obrigação para a qual é provável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos, exceto em circunstâncias extremamente raras em que nenhuma estimativa suficientemente confiável possa ser feita.

Os passivos contingentes segundo a deliberação CVM 594/09:

podem desenvolver-se de maneira não inicialmente esperada. Por isso, são periodicamente avaliados para determinar se uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos se tornou provável. Se for provável que uma saída de benefícios econômicos futuros será exigida para um item previamente tratado como passivo contingente, a provisão deve ser reconhecida nas demonstrações contábeis do período no qual ocorre a mudança na estimativa da probabilidade (exceto em circunstâncias extremamente raras em que nenhuma estimativa suficientemente confiável possa ser feita).

Este item foi melhor elaborado do que nos conceitos apresentados na regulamentação anterior que dizia que:

as contingências passivas devem ser reavaliadas periodicamente para determinar se a avaliação anterior continua válida. Se for provável que uma saída de recursos será exigida para um item anteriormente tratado como uma contingência passiva, uma provisão será reconhecida nas demonstrações

contábeis do período no qual ocorre a mudança na estimativa de probabilidade.

Pode-se perceber que comparando estes dois itens, na regulamentação vigente tem-se um melhor tratamento na mudança dos passivos contingentes para provisões, permitindo melhor esclarecimento em relação a este tópico.

- **Mensuração:**

Na resolução ANEEL 444/01 a mensuração das contingências deve ser feita com base em julgamento da administração:

estimativas quanto ao desfecho e os efeitos financeiros das contingências devem ser determinadas com base em julgamento da administração, considerando: histórico de perdas em processos de mesma natureza; eventos subsequentes à data de encerramento do exercício e/ou períodos menores (trimestrais), quando aplicável, ocorridos até a data de divulgação das demonstrações contábeis; e expectativa de êxito de cada processo. Essa informação deverá ser obtida, individualizada por processo, junto aos consultores jurídicos responsáveis por eles, discriminando, ainda, o objeto da causa, o montante envolvido (se não for possível determinar seu valor real, deve-se considerar a melhor estimativa possível deste valor), a situação atualizada do andamento do processo e a fundamentação da opinião do consultor.

Os requisitos de mensuração exigidos nas deliberações CVM 489/05 e 594/09 são iguais contemplando:

- Melhor estimativa: “o valor reconhecido como provisão deve ser a melhor estimativa do desembolso exigido para liquidar a obrigação presente na data do balanço”.
- Riscos e incertezas: “os riscos e incertezas que inevitavelmente existem em torno de muitos eventos e circunstâncias devem ser levados em consideração para se alcançar a melhor estimativa da provisão”.
- Valor presente: “quando o efeito do valor do dinheiro no tempo é material, o valor da provisão deve ser o valor presente dos desembolsos que se espera que sejam exigidos para liquidar a obrigação”. Este item na legislação atual tem a inclusão dos dispostos no pronunciamento técnico CPC 12 – Ajuste a Valor Presente.
- Evento futuro: “os eventos futuros que possam afetar o valor necessário para liquidar a obrigação devem ser refletidos no valor da provisão quando houver evidência objetiva suficiente de que eles ocorrerão”.

Outros itens como: alienação esperada de ativo, reembolso, mudança na provisão e uso de provisão, também apresentam definições parecidas. No item “aplicação das regras de reconhecimento e mensuração”, que aparece em ambas as regulamentações têm-se também itens parecidos como: Perda operacional futura denominado na legislação anterior de Prejuízos operacionais futuros, no qual, não devem ser reconhecidas; Contratos Onerosos, “se a entidade tiver um contrato oneroso, a obrigação presente de acordo com o contrato deve ser reconhecida e mensurada como provisão”, neste caso na legislação atual deve-se levar em conta a aplicação do CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos; na legislação anterior aparece a figura da Compensação, no qual, “o depósito deverá ser apresentado deduzindo o valor do passivo, sendo os valores atualizados”, neste caso a legislação anterior prevê que os depósitos judiciais vinculados as contingências deveriam ser divulgados reduzindo os passivos contingentes e o item Reestruturação. Os itens acima descritos não são mencionados na resolução ANEEL 444/01.

- **Divulgação:**

Considerando o disposto na resolução ANEEL 444/01, devem ser divulgadas em nota explicativa as

informações e os valores das causas que geraram registro de provisões para contingências, por natureza (Trabalhistas, Cíveis, Fiscais e Outras), indicando os montantes totais e os provisionados (no exercício e acumulados), os valores dos depósitos judiciais efetuados, caso aplicável, e os fatores de incerteza que possam afetar a posição patrimonial e financeira e os resultados futuros das concessionárias e permissionárias.

Nesta regulamentação as empresas do setor de energia elétrica devem divulgar as informações sobre as contingências tabuladas da seguinte forma:

(a) Previdenciária, Trabalhista, Cível, Fiscal ou Administrativa; (b) judicial ou administrativa; a (c) jurisprudências sobre a matéria, decisões proferidas, instâncias judiciais, doutrina, analogia etc.; (d) valor efetivo ou estimado; (e) possibilidade de materialização da contingência, considerando a seguinte classificação: Provável - quando as possibilidades de perda forem grandes; Possível - quando as possibilidades de perda forem médias; Remota - quando as possibilidades de perda forem pequenas.

Na divulgação das provisões tanto na deliberação CVM 489/05 como na 594/09 as empresas devem divulgar os itens:

(a) o valor contábil no início e no fim do período; (b) provisões adicionais feitas no período, incluindo aumentos nas provisões existentes; (c) valores utilizados (ou seja, incorridos e baixados contra a provisão) durante o período; (d) valores não utilizados revertidos durante o período; e (e) o aumento durante o período no valor descontado a valor presente proveniente

da passagem do tempo e o efeito de qualquer mudança na taxa de desconto. Não são necessárias informações comparativas.

Na deliberação CVM 489/05 a maior diferença em relação a regulamentação atual e em relação ao item “(e) despesas financeiras apropriadas no período para as provisões ajustadas ao valor presente e qualquer mudança na taxa de desconto”. Na legislação atual tem-se menção aos aumentos nos ajustes a valor presente e na legislação anterior têm-se despesas financeiras apropriadas, como definição na alteração do dinheiro no tempo.

Para cada classe de provisão os requisitos exigidos para divulgação nas duas legislações são os mesmos:

(a) uma breve descrição da natureza da obrigação e o cronograma esperado de quaisquer saídas de benefícios econômicos resultantes; (b) uma indicação das incertezas sobre o valor ou o cronograma dessas saídas. Sempre que necessário para fornecer informações adequadas, a entidade deve divulgar as principais premissas adotadas em relação a eventos futuros, e (c) o valor de qualquer reembolso esperado, declarando o valor de qualquer ativo que tenha sido reconhecido por conta desse reembolso esperado.

Para a divulgação dos passivos contingentes ambas as legislações também apresentam os itens a serem divulgados: “(a) a estimativa do seu efeito financeiro; (b) a indicação das incertezas relacionadas ao valor ou momento de ocorrência de qualquer saída; e (c) a possibilidade de qualquer reembolso”.

Ilustração 1: Reconhecimento das provisões e contingências passivas

Tipo de contingência	Probabilidade	Tratamento	Referência com os itens da NPC
Contingência passiva	Provável - mensurável com suficiente segurança	Provisionar	10
	- não mensurável com suficiente segurança	Divulgar	21
	Possível	Divulgar	11(b)
	Remota	Não divulgar	22, 70 e 75

Fonte: Anexo I da deliberação CVM 489/05

Na ilustração acima a legislação define quais são os métodos de reconhecimento da contingência passiva, segundo sua probabilidade de ocorrência e assim determinando quando e como estes passivos devem ser evidenciados nas demonstrações contábeis ou divulgados em notas explicativas.

Ilustração 2: Diferenças entre provisão e passivo contingente

São caracterizados em situações nas quais, como resultado de eventos passados, pode haver uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos futuros na liquidação de: (a) obrigação presente; ou (b) obrigação possível cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade.		
Há obrigação presente que provavelmente requer uma saída de recursos.	Há obrigação possível ou obrigação presente que pode requerer, mas provavelmente não irá requerer, uma saída de recursos.	Há obrigação possível ou obrigação presente cuja probabilidade de uma saída de recursos é remota.
A provisão é reconhecida (item 14).	Nenhuma provisão é reconhecida (item 27).	Nenhuma provisão é reconhecida (item 27).
Divulgação é exigida para a provisão (itens 84 e 85).	Divulgação é exigida para o passivo contingente (item 86).	Nenhuma divulgação é exigida (item 86).

Fonte: Apêndice A da deliberação CVM 594/09

Na ilustração acima a regulamentação demonstra a diferenciação entre o que deve ser enquadrado como provisão e passivo contingente, demonstrando em quais situações os elaboradores das demonstrações contábeis devem realizar o enquadramento entre estes dois conceitos, clareando a classificação dos riscos potenciais das empresas.

Na resolução ANEEL 444/01 as empresas devem constituir e registrar provisão para as causas cujo desfecho negativo para as concessionárias e permissionárias seja classificado como "provável" e que seja praticável determinar o respectivo montante envolvido. Evidenciar em nota explicativa as causas cujos desfechos negativos para as concessionárias e permissionárias sejam classificados como "possível", e divulgar, a critério da administração, em nota explicativa as causas cujos desfechos negativos para as concessionárias e permissionárias sejam considerados "remotos".

Na resolução ANEEL 444/01 não havia a obrigatoriedade na divulgação de itens como baixa, reversões e adições nas provisões, apenas, havia a necessidade de divulgação do saldo acumulado de provisões e valor provisionado no exercício. Outro aspecto relevante nas duas legislações (ANEEL e CVM) e, em relação à classificação das contingências, é que provável, segundo a resolução 444/01 da ANEEL, é quando as possibilidades de perda forem grandes, nas deliberações CVM remete-se ao conceito de provisão: possível - quando as possibilidades de perda forem médias, que atualmente remete-se ao conceito de passivos contingentes ou de obrigações possíveis.

Para tentar diminuir o efeito da subjetividade na interpretação dos termos constante na regulamentação sobre provisões e contingências passivas, em junho de 2005, o IASB publicou consulta pública sobre proposta de mudança, realizando alterações e junção do IAS 37 Provisões Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e IAS 19 Benefícios a Empregados.

A principal proposta de alteração no IAS 37 exigia que as organizações reconhecessem, em seus demonstrativos financeiros, obrigações que satisfaçam a definição de passivo constante na estrutura conceitual do IASB, a menos que este não possa ser mensurado de forma confiável. Esta mudança aumentaria os valores de provisões das demonstrações contábeis porque alguns passivos anteriormente, apenas, eram divulgados em notas explicativas e, com a mudança proposta seriam incluídos no balanço.

Holder et al (2013) analisaram comentários em resposta ao IASB *Exposure Draft (ED)* relativo às alterações propostas ao IAS 37 e do projeto do FASB de alteração do SFAS no 5. Os autores constataram, também, as respostas ao IASB ED são afetadas pelo uso obrigatório do IFRS. Embora elas fossem extremamente desfavoráveis para ambas as alterações (IASB e FASB), maior apoio foi mostrado para a proposta do IASB de eliminar o critério de reconhecimento da probabilidade do que para a proposta do FASB para alterar as regras de divulgação em US GAAP.

2.3.4. Efeitos da divulgação dos riscos potenciais

A divulgação de contingências é importante para o mercado de capitais, no qual, as empresas estão inseridas, pois esta evidenciação demonstra como estas organizações lidam com os riscos potenciais que são inerentes aos seus negócios, sendo de responsabilidade dos gestores destas organizações a exposição da probabilidade de ocorrência destas contingências. Outro fator importante é o impacto que estas informações possuem para os modelos de avaliação das empresas, pois, se adequadamente detalhadas, podem dar ao interessado condições de escolher entre o estabelecimento ou manutenção de relações com a empresa.

Barth et al (1997) afirmam que o grau de divulgação sobre o passivo ambiental está associado a cinco fatores: (1) regulação, incluindo a atividade de execução; (2) as informações sobre incerteza local; (3) questões de litígio e negociação; (4) preocupações do mercado de capitais; (5) outras influências reguladoras. Este modelo

pode ser adaptado para divulgação e evidenciação dos riscos potenciais pelas empresas, tendo influências: o ambiente regulador; o local, o ambiente judiciário e o desenvolvimento do mercado de capitais onde a empresa está inserida.

Campbell et al (2003) investigaram o papel da contabilidade na redução da incerteza e os resultados do estudo sugerem que, em um ambiente regulatório, relatórios substanciais (divulgação de informações completas) afetam a avaliação de passivos contingentes, reduzindo a incerteza.

As organizações ao enviarem sinais (informações) sobre suas contingências interferem na precificação de suas ações pelo mercado de capitais, ou seja, quando os leitores das demonstrações financeiras são informados, consegue-se diminuir a assimetria de informação e os custos econômicos, reduzindo a incerteza sobre riscos potenciais (provisões e passivos contingentes), que as organizações possuem em relação às empresas.

Hendriksen e Van Breda (1999) argumentam que não há distinção entre o reconhecimento de uma obrigação nas demonstrações financeiras ou sua divulgação, em notas explicativas, ou seja, a distinção entre o que é provisão e passivo contingente não é a questão primordial, mas é fundamental a divulgação destes eventos, independentemente da sua forma, para que os usuários sejam capazes de interpretá-los e incorporá-los em modelo de avaliação e predição.

A divulgação de riscos potenciais pode alterar o valor de uma empresa e como o mercado vê isto, e as consequências econômicas da divulgação dos riscos potenciais sugerem que os mercados de capitais reagem negativamente quando não há divulgação de incertezas potenciais de obrigações (riscos potenciais) das empresas. No entanto, os mercados de capitais não reagem tão negativamente, quando as empresas são voluntárias, na divulgação das informações confiáveis sobre os riscos potenciais (LINSMEIER et. al. 1998).

Em contraste, os mercados reagem de forma mais negativa para as empresas com obrigações que não são comparáveis com informações confiáveis. A implicação para a configuração padrão é que as consequências adversas nos mercados de capitais são mais graves para as empresas que não fornecem dados contábeis informativos sobre provisões e contingências (LINSMEIER et. al. 1998).

O mercado de capitais onde uma empresa está inserida, pode interpretar, a falta de informações de riscos potenciais, como uma ocultação, reagindo de forma negativa por não ter subsídios de como interpretar os riscos da empresa.

Em alguns momentos a exposição das contingências pode ser usada para demonstrar a estratégia de uma empresa, ou ser usada em alguns momentos de maneira oportunista pelos seus administradores para gerenciar resultados.

Cohen et. al. (2011) realizaram estudo sobre a política sobre garantia que uma empresa adota avaliando as informações que esta expõe em suas notas explicativas, sendo que acréscimos nas provisões para garantia dos produtos vendidos requerem estimativa de situações futuras, podendo ser utilizado como uma ferramenta de gerenciamento de resultados. Nas evidências dos autores, há indícios de que os gerentes usam acréscimos nas provisões para garantia para gerenciar lucros de forma oportunista para cumprir as metas de lucros, mas, em contra partida, os autores descobriram que o mercado de ações reconhece o eufemismo de riscos de garantia das empresas que conseguiram ganhos.

Pode-se perceber que a parte relativa a divulgações de passivos contingentes é relacionada com as escolhas contábeis que cada empresa faz, ou seja, qualquer decisão que venha influenciar os dados resultantes do sistema de contabilidade (FIELDS, LYS e VINCENT, 2001).

2.3.5. Conservadorismo na divulgação dos riscos potenciais

Em alguns casos, as empresas, ao assumirem os riscos potenciais como passivos contingentes, em notas explicativas, e considerarem suas contingências como possíveis, podem assumir uma postura otimista em relação ao real nível dos riscos potenciais em que a empresa está envolta, diminuindo seu nível de endividamento e não os evidenciando nas demonstrações financeiras.

Uma questão importante em relação à divulgação das informações sobre riscos potenciais de uma empresa é o grau de conservadorismo que adotam os contadores, auditores e analistas jurídicos para evidenciação destas informações, ou seja, quanto mais conservadores, maior a tendência de divulgação das incertezas com uma probabilidade de ocorrência maior, classificando determinados fatos como provisão em detrimento da divulgação como passivos contingentes e, dessa forma, antecipando a redução de resultados e aumento da exigibilidade. A situação contrária, também, seria aplicável, nas quais administradores, menos conservadores em reconhecer a redução de resultados, teriam maior tendência a divulgar determinados fatos como passivos contingentes em relação à divulgação como provisão. Por outro lado, o

conservadorismo pode ser aplicado no que concerne à resistência em admitir responsabilidade sobre fatos que não se quer para si, portanto, a postergação será utilizada enquanto for possível.

Para Paulo et. al. (2008), uma “das principais características da qualidade das informações contábeis, também de natureza subjetiva, é o conservadorismo, inserido na maioria das estruturas conceituais de contabilidade”.

Neste aspecto, pode-se interpretar o conservadorismo como limitador do risco moral e as atitudes oportunistas dos gestores da empresa, sendo o risco moral entendido como a ocorrência de perdas pelo comportamento não adequado da contraparte, originado pela impossibilidade do conhecimento do comportamento de um agente econômico na situação *ex-post* à contratação, ou seja, o conservadorismo funcionaria como limitador de atitudes excessivamente otimista que alguns administradores possam ter.

Basu (1997) reexamina o princípio do conservadorismo, interpretando o conservadorismo como a captura da tendência dos contadores a exigirem um grau maior de verificação para o reconhecimento do que o autor chama de “boas notícias” (reflexos positivos nos ganhos) do que “más notícias” (reflexos negativos nos ganhos), nas demonstrações financeiras.

Na interpretação de Basu (1997) sobre conservadorismo, o lucro reflete as más notícias mais rapidamente do que uma boa notícia. Por exemplo, as perdas não realizadas são normalmente reconhecidas mais cedo do que os ganhos. Esta assimetria de reconhecimento leva a diferenças sistemáticas entre as más notícias e os períodos de boas notícias na atualidade e na persistência de rendimento para empresa.

O conservadorismo, como conceituado e em relação aos riscos potenciais, teria como função o reconhecimento mais oportuno das contingências, como provisões, em relação ao seu reconhecimento como passivos contingentes e sua divulgação em notas explicativas, trazendo aos leitores das demonstrações financeiras o impacto destas exigibilidades em seu patrimônio.

Ao investigar os efeitos do princípio do conservadorismo, relatados nas demonstrações financeiras, Basu (1997) afirma que na contabilidade funcionaria como o reconhecimento mais oportuno das más notícias sobre os fluxos de caixa futuros do que os de uma boa notícia. Em mercados de capitais desenvolvidos, o retorno das ações é simétrico e reflete rapidamente as “notícias”.

No entanto, existem vários níveis de conservadorismo que as empresas adotam. LaFond e Watts (2008) tratam dessa questão de quanto de conservadorismo cada empresa utiliza, trazendo importante contribuição ao relacioná-lo com a assimetria de informações. Ao se pensar que a assimetria de informação de determinada entidade gera custos de agência, é necessário que se adote um nível maior de conservadorismo, já que existirão perdas não mensuráveis, e o conservadorismo funciona como uma forma de balancear essas perdas e proteger os credores e investidores. Dessa forma, os autores mostram de modo empírico que firmas mais conservadoras são assim por terem maior assimetria de informações entre seus agentes.

Na perspectiva da teoria da agência e sob grande assimetria de informação, o conservadorismo funcionaria como um fator que iria balancear as possíveis perdas decorrentes do reconhecimento dos riscos potenciais, antecipando as perdas que seriam as provisões em relação à outra forma de reconhecimento como passivos contingentes, quando é considerada como provável a ocorrência dos riscos potenciais, ou remotos quando há o reconhecimento.

Com base nas conceituações pode-se apresentar o conservadorismo como a diferença entre o tempo de reconhecimento do fato econômico e o registro na contabilidade e a determinação do montante de valor a ser reconhecido. O tempo demandado entre um acontecimento com efeitos econômicos e o seu registro na contabilidade pode ser compreendido pela forma como os riscos potenciais são reconhecidos ou mensurados nas demonstrações contábeis. Quando uma companhia reconhece um passivo contingente em suas notas explicativas estará divulgando ao mercado que pertence qual sua avaliação sobre a possibilidade de ocorrência de suas contingências.

Lopes e Martins (2012), ainda conceituam que a “ideia geral do conservadorismo é de fornecer informações mais confiáveis aos investidores por intermédio de demonstrações que não sejam excessivamente otimistas”.

Outros fatores importantes para análise do conservadorismo e seu impacto na avaliação das contingências são os ambientes instrucionais, o julgamento e estimativas das normas contábeis e os fatores culturais que influenciam os indivíduos.

O conservadorismo pode ser separado em incondicional ou não discricionário, que é a aplicação com precaução das normas contábil e condicional ou discricionário, que é caracterizado como reconhecimento oportuno das perdas não realizadas. As complexas interações entre o conservadorismo condicional e incondicional dependem,

implicitamente, do papel das normas de contabilidade e os julgamentos e estimativas envolvidas na aplicação dessas normas (WATTS, 2003; BASU, 2005).

Segundo Tsakumis (2007), deve-se também levar em conta o efeito da cultura sobre as decisões dos contadores na divulgação das informações nos relatórios financeiros. Em seu estudo é realizado um experimento entre contadores de duas nacionalidades (Gregos e Americanos), em que são verificados os impactos culturais na aplicação da normatização internacional IAS 37, ou seja, na aplicação das normas que requerem julgamento dos contadores devem-se levar em conta os fatores culturais destes, como no caso da aplicação do CPC 25 que é resultante da harmonização contábil do IAS 37.

Pode-se perceber que a cultura e outros aspectos relacionados, influem no grau de conservadorismo dos contadores, analistas jurídicos e auditores, quando este irão divulgar suas provisões e passivos contingentes, quanto mais conservadores, há tendência da divulgação de provisões, em relação à divulgação de passivos contingentes em notas explicativas.

Ahmed e Duellman (2007) investigaram a relação entre conservadorismo contábil e as características do conselho diretor, medindo a independência do conselho e a força dos incentivos de monitoramento. Os autores encontraram evidências fortes e robustas de uma relação negativa entre a porcentagem de diretores dentro do conselho e conservadorismo, e uma relação positiva entre o percentual de ações detidas pelos diretores externos e conservadorismo.

Paulo et. al. (2008) verificaram que a informação contábil sofre influência “do ambiente empresarial e regulatório onde a organização está inserida”. Para os “agentes econômicos resta entender os efeitos das variáveis envolvidas nos ambientes econômicos em que atuam, pois, dessa forma, podem minimizar o viés informacional nas relações contratuais”.

Porém, pode-se identificar uma relação causal recíproca, pois quanto mais assimetria de informações a empresa tiver, maior será o conservadorismo adotado, e quanto mais conservadora a firma, maior a assimetria de informações visto que a contabilidade terá que ser cada vez mais conservadora, o que acarretará em uma informação com maior viés, já que muitas vezes não é possível mensurar os custos de agência causados por essa assimetria. Esse é um dos problemas gerados pelo conservadorismo, pois seu uso em excesso acaba acarretando a perda do controle de seus impactos nos resultados.

2.4. Estudos anteriores sobre passivos contingentes

Para entendermos melhor os estudos anteriores sobre passivos contingentes podemos começar pelo trabalho de Farias (2004), em que foi realizada uma revisão da literatura para identificar as principais recomendações dos órgãos normativos nacionais e internacionais de Contabilidade sobre o tema, discutindo importantes conceitos como tipos de passivos: normal e contingente; os principais resultados encontrados foram que: a) um número grande de empresas reconheceram o passivo contingente nos seus balanços; b) as contingências mais encontradas decorreram de questões trabalhistas e tributárias e as menos encontradas foram as decorrentes de questões ambientais; este estudo teve foco no setor Químico e Petroquímico.

Oliveira (2007) constatou que o IAS 37 não é cumprida, uma vez que o fato de divulgar provisões e passivos contingentes não tem critérios de reconhecimento claros na norma. Além disso, os procedimentos de divulgação nem sempre são observados. As empresas possuem conhecimento da norma, contudo, atesta-se que esse conhecimento não é profundo.

Caetano et al. (2010) estudaram o setor de Papel e Celulose e o reconhecimento do passivo contingente no período 2005 a 2008, seguindo as normas mínimas de evidenciação recomendadas pelos órgãos normativos nacionais. Verificou-se a não observância de alguns itens constantes nas normas de divulgação do passivo contingente, como: a) a não divulgação dos critérios de mensuração e avaliação; b) a não identificação da probabilidade de ocorrência das contingências; e ainda, em algumas empresas, c) a não evidenciação dos valores constituídos, baixados e revertidos no período.

Oliveira (2010) estudou o nível de *disclosure* das provisões e dos passivos contingentes apresentado pelas empresas listadas no Novo Mercado da BM&FBovespa durante o ano de 2010. Os resultados apresentados demonstram que o nível de *disclosure* apresentou-se médio para as provisões e baixo para os passivos contingentes, concluindo-se que as empresas divulgaram voluntariamente poucas informações negativas a respeito de suas contingências.

Fonteles (2012) estudou 308 companhias listadas na BM&FBovespa, examinando-se suas notas explicativas do exercício de 2010. Segundo os resultados da pesquisa a evidenciação de provisões e contingências é influenciada positivamente pelas variáveis: setor de atividade, segmento de listagem (tradicional), tamanho, rentabilidade

e liquidez; e negativamente por liquidez, setor de atividade (construção) e segmento de listagem (tradicional).

Ribeiro (2012), ao avaliar o gerenciamento de resultados na divulgação das contingências identificou que devido ao complexo sistema tributário brasileiro existe a possibilidade de gerenciamento de resultados via constituição de provisões ou de passivos contingente e após a adoção do CPC 25, as empresas aumentaram a divulgação sobre suas contingências.

O presente trabalho visa estudar uma série temporal maior do que os artigos anteriores, usando as interseções da entrada da legislação em vigor 2002, 2006 e 2010 e verificando como os dados se comportaram em 2012. Outro fator importante é que foi possível estudar a curva de aprendizagem que as empresas tiveram para realizar a divulgação de seus riscos potenciais (provisões e passivos contingentes).

3. METODOLOGIA E INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

A pesquisa é documental, exploratória, qualitativa, com uso de técnicas estatísticas, e com a triangulação de informações colhidas por meio de roteiro desenvolvido pelo autor e informações quantitativas das organizações pesquisadas, com objetivo de analisar o comportamento da divulgação dos riscos potenciais das empresas do setor de energia elétrica. Uma preocupação na elaboração da pesquisa foi garantir a validade da mesma (validade interna, construto e externa).

Para Segatto-Mendes e Rocha (2005), a pesquisa documental é um estudo predominantemente exploratório e, aplica-se neste caso porque se observou a necessidade de ampliação da compreensão do fenômeno para que se identificasse a análise documental tornando possível a identificação de especificidades, características, similaridades e relações existentes.

Segundo Martins e Theóphilo (2007) as pesquisas que pedem descrições, compreensões, interpretações e análises de informações, fatos, ocorrências, evidências, e aplicação de técnicas de coleta de dados mais específicas têm características de qualitativa.

Esta pesquisa fará uso de métodos estatísticos e pode ser considerada como sendo uma pesquisa exploratória, porque pretende aumentar o conhecimento existente sobre a divulgação e tratamento dos riscos potenciais das empresas do setor de energia elétrica com ações listadas na BM&FBOVESPA.

A pesquisa explorou o comportamento da divulgação das empresas do setor de energia elétrica quanto às provisões e aos passivos contingentes, considerando a aplicação da legislação pertinente, ou seja, identificou as informações que as organizações estão divulgando em suas notas explicativas sobre seus riscos potenciais e materialidade destas possíveis perdas. Também, apurou qual seria o seu impacto dos referidos riscos em relação ao ativo total das companhias e, em relação a suas vendas líquidas, utilizando como suporte a teoria da sinalização, que tem como principal objetivo comunicar informação privada da organização de forma credível.

Ilustração 3: Esquema de trabalho de pesquisa

Fonte: Elaborado pelo autor

3.1. Campo de pesquisa

Considerando o objetivo desta etapa da pesquisa que é verificar o comportamento da divulgação dos riscos potenciais das empresas que são objeto do estudo, foi escolhido um dos setores pertencentes à Bolsa de Valores do Estado de São Paulo para obter maior profundidade para realização da pesquisa; a escolha de apenas um setor proporcionará para pesquisa maior conhecimento e análise da série temporal dos dados das empresas estudadas (2002 a 2012).

O setor de energia elétrica foi escolhido por ser regulamentado segundo Despacho nº 4.722/09 (regulamentação própria do setor sobre provisões e passivos contingentes) da ANEEL, outro fator preponderante para definição deste setor, foi devido sua preponderância entre as 322 empresas listadas na BM&FBovespa, em julho

de 2011 - 53 pertencentes ao setor de energia elétrica, ou seja, o referido setor tem uma representatividade de 16,46%. A seguir tabela das quantidades de empresas constantes na Bolsa de Valores no ano de 2011, por setor:

Tabela 1: Quantidade de empresas por setor

SETOR	QUANTIDADE EMPRESAS	PARTICIPAÇÃO %
Agro e pesca	3	0,93%
Água e saneamento	4	1,24%
Alimentos e bebidas	15	4,66%
Comércio	17	5,28%
Construção	27	8,39%
Construção civil	3	0,93%
Diversão	4	1,24%
Eletroeletrônicos	5	1,55%
Energia Elétrica	53	16,46%
Holdings	23	7,14%
Imobiliário	9	2,80%
Locação de veículos	2	0,62%
Máquinas industriais	5	1,55%
Mineração	6	1,86%
Minerais não minerais	3	0,93%
Outros	9	2,80%
Petróleo e gás	7	2,17%
Química	11	3,42%
Serviços	5	1,55%
Papel e celulose	6	1,86%
Siderúrgica e metalúrgica	22	6,83%
Serviço de saúde	4	1,24%
Software e dados	3	0,93%
Telecomunicações	14	4,35%
Têxtil	24	7,45%
Transportes e serviços	22	6,83%
Veículos e peças	16	4,97%
TOTAL	322	100,00%

Fonte: Dados da pesquisa (2011)

Depois de escolhido o setor a ser estudado, foram retiradas 8 empresas de energia elétrica que não possuíam registro CVM antes de 31/12/2002 e o mantiveram até 31/12/2012; 6 empresas que apesar de constar na BM&FBovespa como pertencentes ao setor estudado, tinha em seu objeto social participação em outras sociedades, empreendimentos e consórcios, como acionista, sócia, quotista ou consorciada; e mais uma empresa que não realizou provisões durante o período estudado (Produtores Energéticos de Manso S.A.); nas tabelas com dados quantitativos a referida empresa foi

considerada. Após estes ajustes do campo de pesquisa do estudo ficou com 39 empresas (Anexo I), conforme tabela a seguir.

Tabela 2: Quadro das empresas pesquisadas

Empresas do setor de energia elétrica listada na BM&FBovespa	53
(-) Empresas do setor sem registro CVM no período 31.12.2002 a 31.12.2012	(8)
(-) Empresas com objeto social de participação em outras sociedades	(6)
(=) TOTAL DE EMPRESAS DO ESTUDO	39

Fonte: Elaborado pelo autor

A escolha temporal deve-se ao fato de que em 2002 as empresas do setor de energia elétrica possuem regulamentação aplicável (resolução ANEEL 444 de outubro de 2001), para este período assim como no ano de 2006 (Deliberação CVM 489/05) e 2010 (CPC 25 e Deliberação CVM 594/09). Estes anos foram escolhidos por serem períodos após a implantação das respectivas legislações e serem passíveis de acompanhamento do cumprimento das regras estabelecidas pelas empresas. O ano de 2012 foi escolhido por ser o mais recente, à época da pesquisa, em termos de divulgação dos relatórios financeiros anuais, e para verificar se as empresas possuem evolução na divulgação dos riscos potenciais.

3.2. Utilização de *Outliers*

Na presente pesquisa foram utilizadas as empresas com dados considerados como *outliers*, por estes serem parte integrante do estudo, sendo que estes demonstram as variações devido à implementação ou não da legislação em vigor, evidenciando as diferenças entre as empresas constantes na pesquisa, tanto em relação à materialidade das contingências como nos itens obrigatórios a serem divulgados pela legislação.

3.3. Roteio para coleta de dados

Para realização do estudo foi analisado o CPC 25 e foram elaboradas 12 questões separadas em duas categorias: divulgação das provisões (Questões: 1 a 8) e divulgação dos passivos contingentes (Questões: 9 a 12), conforme exposto na tabela 3. As respostas para as questões são dicotômicas: 0 para respostas negativas e 1 para respostas positivas.

Tabela 3: Questionário sobre Provisões e Passivos Contingentes

Provisões	1)	Há descrição da natureza de cada classe de provisão (trabalhista, fiscal, ambiental...)?
	2)	As provisões possuem saldo inicial e final?
	3)	Possuem provisões adicionais e baixas realizadas no período?
	4)	Possuem reversão de valores não utilizados?
	5)	Possuem informações sobre ajuste a valor presente (AVP)?
	6)	Há prazo de liquidação/realização da provisão?
	7)	Há informações sobre incertezas, valor e prazo de realização/liquidação da provisão?
	8)	Há informação sobre valor de reembolso esperado da provisão?
Passivos Contingentes	9)	Há menção de existência de passivos contingentes?
	10)	Os passivos contingentes são divididos por classe/tipo?
	11)	Apresenta estimativa do valor a ser desembolsado com passivos contingentes?
	12)	Existem informações sobre as incertezas que envolvem os passivos contingentes?

Fonte: Elaborado pelo autor com base no CPC 25

Para analisar as consistências das questões e as escalas utilizadas na coleta de dados, foi aplicada a técnica do Alfa de *Cronbach* no estudo proposto. Segundo Corrar et. al. (2011), este modelo verifica a consistência interna, permitindo analisar a confiabilidade dos dados e escalas de mensuração, sendo a confiabilidade o grau em que uma escala produz resultados consistentes entre “medidas repetidas ou equivalentes de um mesmo objeto ou pessoa, revelando a ausência de erro aleatório”.

O valor do Alfa de *Cronbach* deve estar entre 0 e 1, e quanto mais próximo de 1, terá maior fidedignidade o construto proposto. Para Hair et. al. (2005) o Alfa de *Cronbach* geralmente aceito é de 0,70, mas em pesquisas exploratórias pode ser reduzido para 0,60. O resultado obtido para o questionário com a utilização do *software* SPSS versão 17 é demonstrada a seguir:

Tabela 4: Alfa de *Cronbach*

ANO	ALFA DE <i>CRONBACH</i>	ALFA DE <i>CRONBACH</i> PADRONIZADO
2002	0,667	0,697
2006	0,847	0,862
2010	0,747	0,830
2012	0,840	0,856

Fonte: Elaborado pelo autor

Para classificar a qualidade das informações divulgadas pelas empresas sobre provisões e passivos contingentes foram analisadas as respectivas notas explicativas, e para elas foram estabelecidas escalas conforme tabela 5:

Tabela 5: Escala de classificação sobre a qualidade das informações

PONTO	CLASSIFICAÇÃO	DESCRIÇÃO
1	Sem Informações	Não houve descrição das incertas nas notas explicativas da empresa.
2	Genérica	Houve divulgação dos dados financeiros sobre provisões e passivos contingentes, com descrição generalizada sobre as situações das incertezas em que a empresa está envolta.
3	Detalhada	Houve divulgação dos dados financeiros sobre provisões e passivos contingentes, com descrição detalhada pelas principais incertezas em que a empresa está envolta.

Fonte: Elaborado pelo autor para análise das informações das notas explicativas

Para avaliar a quantidade de informações prestadas aos usuários da informação contábil, independente da qualidade, também, foram contadas as palavras das notas explicativas que trazem informações sobre as provisões e passivos contingentes denominadas “provisões para contingências”, por meio do *software* Microsoft Word, versão 2010. Das notas explicativas, também, foram extraídos, quando informado pelas companhias, os valores dos passivos contingentes para avaliação das estimativas com risco possível que as empresas possuem. Os dados relativos a estas informações foram coletados nas demonstrações financeiras padrões (DFP), no *site* da CVM.

3.4. Pesquisa documental com base em dados secundários

Para realização da pesquisa foram, também, extraídos por meio do *software* Economática® e conferidos nas DPFs do *site* da BMF&Bovespa, os saldos da conta de provisões (curto e longo prazo), ativo total, patrimônio líquido, vendas líquidas e lucro líquido da empresa. O saldo das referidas contas ajudaram, também, determinar o montante financeiro de riscos potenciais.

A pesquisa visou conhecer o comportamento da divulgação das informações sobre os riscos potenciais, a relação entre os valores de provisões, passivos contingentes constantes em notas explicativas, e sua participação em relação ao ativo total, justificando a materialidade do tema proposto. Foi criado também um índice denominado nesta pesquisa como “índice de divulgação dos riscos potenciais”. Os valores monetários foram corrigidos pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) conforme Anexo V.

4. ANÁLISE DA DIVULGAÇÃO DOS RISCOS POTENCIAIS PELAS EMPRESAS DO SETOR DE ENERGIA ELÉTRICA

A pesquisa tem como objetivo apresentar análises referentes ao comportamento do nível de divulgação dos riscos potenciais das empresas do setor de energia elétrica listadas na BM&FBovespa. Foram considerados como parâmetros os requisitos do CPC 25 e seu objeto que é assegurar que sejam aplicados critérios de reconhecimento e bases de mensuração apropriados a provisões, passivos contingentes e ativos contingentes e, que seja divulgada informação suficiente nas notas explicativas, para permitir que os usuários destas entendam a natureza, oportunidade e valor dos riscos potenciais das organizações.

4.1. Característica da divulgação dos riscos potenciais em 2002

4.1.1. Característica quantitativa na divulgação dos riscos potenciais em 2002

Neste tópico serão analisadas as características quantitativas na divulgação dos riscos potenciais no ano 2002 das empresas que são objeto deste estudo. Para realização deste estudo foi analisada, primeiramente, a relação entre o valor das provisões e o ativo total para avaliar o impacto dos riscos prováveis sobre o total de recursos econômicos que as empresas possuem; foram, também, avaliados os valores das provisões comparativamente ao passivo para verificar a participação destas obrigações de prazo incerto em relação ao exigível e, por fim, o impacto das provisões em relação às receitas líquidas das companhias do setor de energia elétrica.

Tabela 6: Estatística descritiva dos dados quantitativos em 2002

		% Provisões/ Ativo	% Provisões/ Passivo	% Provisões/ Receita Líquida
N	Validos	35	35	35
	Omissos	4	4	4
Média		3,80%	5,76%	11,81%
Mediana		2,78%	5,77%	9,75%
Desvio-padrão		2,91%	4,25%	8,83%
Mínimo		0,01%	0,02%	0,08%
Máximo		11,81%	19,48%	34,35%

Fonte: Dados da pesquisa (2002)

Para elaboração da tabela 6 não foi considerada a Cia Brasileira de Energia que não realizou provisão e não obteve receitas no período de análise, as empresas Investco S.A. e Cia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica não realizaram provisão.

Os dados obtidos com a tabela 6 mostram que as empresas do setor estudado em média consumiriam 3,80% dos seus ativos se suas provisões fossem realizadas, sendo que este valor pode chegar até 11,81%. Em relação às obrigações exigíveis as provisões representam em média 5,76%, podendo representar até 19,48%. Caso estas provisões se realizassem no período, consumiriam em média 11,81% das receitas líquidas das empresas, podendo consumir até 34,35% como maior participação.

Considerando o campo de pesquisa obteve-se que 30 (76,92%) das empresas divulgaram provisões em suas notas explicativas ou apenas valores nas demonstrações financeiras, do total das empresas 9 (23,08%) divulgaram a existência de passivos contingentes.

Tabela 7: Relação das empresas que divulgaram passivos contingentes em 2002 (em milhares de reais)

EMPRESAS	PASSIVOS CONTINGENTES
Tractebel Energia S.A.	R\$ 12.814
Duke Energy Int. Ger. Paranapanema S.A.	R\$ 47.025
Rio Grande Energia S.A.	R\$ 59.987
Elektro - Eletricidade e Serviços S.A.	R\$ 65.659
Neoenergia S.A.	R\$ 94.105
Ampla Energia e Serviços S.A.	R\$ 114.366
Eletropaulo Metrop. Elet. São Paulo S.A.	R\$ 125.209
Light Serviços de Eletricidade S.A.	R\$ 543.594
Cia Energética de Minas Gerais – Cemig	R\$ 1.573.621
TOTAL DE PASSIVOS CONTINGENTES	R\$ 2.636.380
MÉDIA	R\$ 292.931,11
MEDIANA	R\$ 94.105
DESVIO-PADRÃO	R\$ 476.957,66

Fonte: Dados da pesquisa (2002)

Em 2002 a empresa Tractebel Energia S.A. (décimo segundo maior ativo em 2002), era a organização que possuía o menor valor de passivos contingentes, enquanto a Cia Energética de Minas Gerais – Cemig (quarto maior ativo em 2002) possuía o maior valor. O montante médio dos passivos contingentes no período foi de R\$ 292.931,11. Pode-se perceber que no período as empresas do setor estudado, devido à mudança da legislação não divulgaram em sua grande maioria suas contingências com características de “possíveis”.

4.1.2. Características qualitativas na divulgação dos riscos potenciais em 2002

Neste tópico serão analisadas as características qualitativas da divulgação dos riscos potenciais no ano 2002, considerando levantamento das informações evidenciadas pelas empresas em notas explicativas.

Segundo o levantamento de dados da pesquisa, 84,62% das empresas divulgavam a natureza de cada classe (trabalhista, fiscal, ambiental etc) das provisões e 76,92% o saldo final e inicial. Conforme os dados da tabela 8, pode-se perceber que poucas companhias do setor de energia elétrica evidenciavam adições e baixas realizadas no período (33,33%) e reversões nos valores não utilizados (15,38%); nenhuma empresa divulgava informações sobre ajuste a valor presente, prazo de liquidação da provisão e informações sobre valores de reembolso esperado das provisões; entretanto, quase metade destas companhias (46,15%) divulgavam informações sobre incertezas da provisão.

Tabela 8: Nível de divulgação das provisões em 2002

QUESTÕES	SIM	%	NÃO	%
Há descrição da natureza de cada classe de provisão (trabalhista, fiscal, ambiental etc)?	33	84,62%	6	15,38%
As provisões possuem saldo inicial e final?	30	76,92%	9	23,08%
Possuem provisões adicionais e baixas realizadas no período?	13	33,33%	26	66,67%
Possuem reversão de valores não utilizados?	6	15,38%	33	84,62%
Possuem informações sobre ajuste a valor presente (AVP)?	0	0%	39	100,00%
Há prazo de liquidação/realização da provisão?	0	0%	39	100,00%
Há informações sobre incertezas da provisão?	18	46,15%	21	53,85%
Há informação sobre valor de reembolso esperado da provisão?	0	0%	39	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2002)

Como pode-se perceber na tabela 9, poucas empresas divulgavam passivos contingentes e quando traziam esta informação para os usuários da informação contábil, apenas, informavam sua classe e a estimativa deste valores; não havia informações sobre sua incerteza para que os usuários das informações contábeis pudessem avaliar o risco das empresas.

Tabela 9: Nível de divulgação dos passivos contingentes em 2002

QUESTÕES	SIM	%	NÃO	%
Há menção de existência de passivos contingentes?	10	25,64%	29	74,36%
Os passivos contingentes são divididos por classe/tipo?	8	20,51%	31	79,49%
Apresenta estimativa do valor a ser desembolsado com passivos contingentes?	5	12,82%	34	87,18%
Existem informações sobre as incertezas que envolvem os passivos contingentes?	2	5,13%	37	94,87%

Fonte: Dados da pesquisa (2002)

Para analisar a qualidade das informações que as empresas divulgam aos participantes do seu mercado, foi observado o grau de cumprimento das exigências mínimas que as empresas deveriam realizar. Para este procedimento foi adotado um índice denominado nesta pesquisa como “índice de divulgação dos riscos potenciais”; sua forma de cálculo consiste em dividir o número de respostas positivas pelo total de respostas possíveis; também, foi analisada nesta pesquisa o número de palavras das notas explicativas para quantificar as informações prestadas, cujos dados são demonstrados na tabela a seguir.

Tabela 10: Estatística descritiva dos dados qualitativos em 2002

		Índice de divulgação	Nº de Palavras
N	Validos	35	36
	Omissos	4	3
Média		29,76%	378,14
Mediana		25,00%	338
Desvio-padrão		13,41%	261,37
Mínimo		8,33%	48
Máximo		66,67%	1.224

Fonte: Dados da pesquisa (2002)

Com base na tabela retro pode-se perceber que, em média, as empresas do setor de energia elétrica divulgavam 29,76% dos requisitos mínimos exigidos na divulgação dos riscos potenciais sendo o valor máximo obtido de 66,67%. Em média, as companhias utilizavam 378,14 palavras para evidenciar informações sobre provisões e passivos contingentes. Para confecção da tabela 10 não foram consideradas as empresas que obtiveram índice 0% e não divulgaram nenhuma palavra sobre riscos potenciais (CPFL Geração de Energia S.A., Cia Brasileira de Energia e Investco S.A.)

Tabela 11: Frequência das empresas por índice de divulgação 2002

Índice de divulgação	Frequência
0,00%	4
8,33%	2
16,67%	6
25,00%	12
33,33%	8
41,67%	3
50,00%	2
66,67%	2

Fonte: Dados da pesquisa (2002)

Analisando a tabela 11 pode-se perceber que a maioria das empresas divulgou entre 25% e 33,33%, constatando-se assim o baixo índice na divulgação.

Foi analisado o número de palavras separados em quartis para medir a quantidade de informações dada ao mercado, método baseado no estudo de Fonteles et al (2012), com este método pode-se separar as empresas e classificá-las qualitativamente. Empresas que divulgam entre 0 e 157 palavras, são as com menor divulgação de informações, e as que divulgam entre 422 e 1224, são as que evidenciam maior quantidade.

Tabela 12: N° de palavras segregado por quartis em 2002

Quartil	N° de Palavras
1°	0 – 157
2°	158 – 330
3°	331 – 421
4°	422 – 1224

Fonte: Dados da pesquisa (2002)

Para analisar a qualidade das informações prestadas foi analisada a forma com que as informações sobre incerteza eram divulgadas aos usuários das demonstrações contábeis conforme tabela 13 (conforme escala da tabela 5).

Tabela 13: Características das informações divulgadas sobre riscos potenciais em 2002

CLASSIFICAÇÃO	EMPRESAS	%
Sem Informações	4	10,26%
Genérica	33	84,62%
Detalhada	2	5,12%

Fonte: Dados da pesquisa (2002)

Com base nas informações divulgadas na tabela 13 pode-se perceber que a maioria das empresas do setor, no ano de 2002, divulgava informação de forma genérica, havendo apenas a evidenciação dos dados financeiros sobre provisões e passivos contingentes, mas com descrição generalizada sobre as situações das incertezas em que a empresa está envolta.

Como exemplo de nota explicativa que expressa as informações de forma genérica e objetiva, pode-se mencionar a constante da Cesp - Cia Energética de São Paulo, que traz a seguinte informação sobre contingências fiscais:

INSS: Referem-se a autuações da Companhia na condição de contribuinte solidário na contratação de serviços de empreiteira. A Companhia vem acionando as empreiteiras para comprovação do recolhimento e consequente baixar os autos. Não existem riscos à integridade do REFIS.
A administração da Companhia, consubstanciada na opinião de seus consultores legais quanto a possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir possíveis perdas com tais causas (CESP, 2002).

Percebe-se que a empresa ao divulgar sua nota explicativa sobre as contingências realizou de maneira genérica, não mencionando nenhuma citação específica das ações em que faz parte do processo e, com isso, não ajudando os leitores das demonstrações contábeis a avaliar os riscos da companhia.

Uma melhor definição na regulamentação contábil dos conceitos sobre passivos, separados em provisões e passivos contingentes, trouxe maior ênfase na divulgação dos passivos contingentes, item que os usuários da informação contábil não tinham; passando o mercado a dispor de maior conhecimento sobre este tipo de exigibilidade.

4.2. Característica do comportamento da divulgação dos riscos potenciais entre 2002 e 2006

4.2.1. Característica quantitativa na divulgação dos riscos potenciais entre 2002 e 2006

A seguir serão analisadas as características quantitativas da divulgação dos riscos potenciais, entre os anos de 2002 e 2006, das empresas que são objeto deste estudo.

Tabela 14: Estatística descritiva dos dados quantitativos em 2002 e 2006

		2002			2006		
		% Provisões/ Ativo	% Provisões/ Passivo	% Provisões/ Receita Líquida	% Provisões/ Ativo	% Provisões/ Passivo	% Provisões/ Receita Líquida
N	Validos	35	35	35	38	38	38
	Omissos	4	4	4	1	1	1
Média		3,80%	5,76%	11,81%	3,95%	5,99%	8,05%
Mediana		2,78%	5,77%	9,75%	1,98%	3,41%	4,13%
Desvio-padrão		2,91%	4,25%	8,83%	4,55%	5,96%	8,57%
Mínimo		0,01%	0,02%	0,08%	0,09%	0,14%	0,41%
Máximo		11,81%	19,48%	34,35%	17,43%	21,01%	40,41%

Fonte: Dados da pesquisa (2006)

Considerando os dados constantes na tabela 14, pode-se perceber uma evolução no impacto que as provisões teriam se fossem realizadas. No ano de 2002 em média ter-se-ia 3,80% contra 3,95% sobre os ativos em 2006. Considerando o impacto sobre a receita líquida da empresa ter-se-ia redução na média de 11,81% para 8,05%. Em relação à participação no total das obrigações das empresas ter-se-ia um aumento de 5,76% para 5,99%. Quanto aos valores máximos houve aumento, sendo este em 2002 de 11,81% e em 2006 de 17,43% considerando o impacto sobre o ativo; a relação provisões e receita líquida, também, teve aumento de 34,35% para 40,41%. O valor máximo que uma obrigação pode ter em relação às provisões é 21,01% em 2006 e de 19,48% em 2002. Por meio destes dados pode-se ver que entre 2002 e 2006 houve acréscimo na representatividade das provisões em relação aos seus grupos contábeis.

Em relação ao impacto que os passivos contingentes teriam sobre ativo e receita líquida, pode-se observar aumento, pois, em 2002 havia apenas 9 empresas que realizavam este tipo de divulgação; em 2006, 34 das 39 realizaram menção a existência de passivos contingentes, fato que colabora com a pesquisa de Fonteles et al (2012), no qual a evidenciação de provisões e passivos contingentes é influenciada positivamente pelas variáveis do setor de atividade, sendo o de energia elétrica um dos setores que tinham maior nível de divulgação deste tipo de informação. Na tabela a seguir será demonstrada a descrição estatística, considerando a hipótese de que os passivos contingentes fossem realizados, ou seja, passassem sua classificação de risco a ser considerada como provável.

Tabela 15: Estatística descritiva dos dados quantitativos - passivos contingentes em 2006

		% Passivos Contingentes/ Ativo	% Passivos Contingentes /Passivo	% Passivos Contingentes /Receita Líquida
N	Validos	33	33	33
	Omissos	6	6	6
Média		4,46%	7,09%	9,60%
Mediana		2,47%	4,71%	6,72%
Desvio-padrão		4,51%	7,74%	8,55%
Mínimo		0,27%	0,43%	0,63%
Máximo		20,89%	38,93%	31,18%

Fonte: Dados da pesquisa (2006)

Para confecção desta planilha não foi considerada as empresas: Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás, Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A., Cia Energética de Brasília, Cia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica e EMAE - Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A., por não possuírem passivos contingentes divulgados no período analisado.

Considerando a tabela 14, pode-se perceber que os passivos contingentes possuem maior impacto médio do que as provisões sobre ativo total, receita líquida e participação no passivo da empresa. Em 2006 a média de provisões sobre ativos era de 3,95%, já a participação de passivos contingentes é de 4,46%.

Para realizar a comparação entre a evolução de valores entre os anos de 2002 e 2006, foi confeccionada a tabela 16, que demonstra que o valor médio dos passivos contingentes divulgados também se elevou durante os anos, passando de uma média de R\$ 375.542,38 (tabela 7 – atualizado pelo IPCA do período: Anexo V) em 2002 para R\$ 322.060,48 em 2006 (em milhares de reais).

Tabela 16: Relação das empresas que divulgaram passivos contingentes em 2006 (em milhares de reais)

		Passivos Contingentes
N	Validos	33
	Omissos	6
Total de Passivos Contingentes do setor		R\$ 10.627.996,00
Média		R\$ 322.060,48
Mediana		R\$ 135.906,00
Desvio-padrão		R\$ 418.751,08
Mínimo		R\$ 7.014,00
Máximo		R\$ 1.669.239,00

Fonte: Dados da pesquisa (2006)

4.2.2. Características qualitativas na divulgação dos riscos potenciais entre 2002 e 2006

Na pesquisa verificou-se, também, como as empresas estão divulgando suas provisões, abordando questões relativas à descrição da natureza de cada classe de provisão, se estas possuem saldo inicial e final, adições e baixas realizadas no período, reversões de valores não utilizados, se foi realizado ajuste a valor presente, se há prazo de liquidação/realização da provisão, se há informações sobre incertezas, valor e prazo de realização/liquidação e valor de reembolso esperado da provisão. Evidenciando as diferenças ocorridas entre os períodos de 2002 e 2006.

Tabela 17: Nível de divulgação das provisões em 2006

QUESTÕES	SIM	%	NÃO	%
Há descrição da natureza de cada classe de provisão (trabalhista, fiscal, ambiental, etc.)?	37	94,87%	2	5,13%
As provisões possuem saldo inicial e final?	37	94,87%	2	5,13%
Possuem provisões adicionais e baixas realizadas no período?	32	82,05%	7	17,95%
Possuem reversão de valores não utilizados?	32	82,05%	7	17,95%
Possuem informações sobre ajuste a valor presente (AVP)?	1	2,56%	38	97,44%
Há prazo de liquidação/realização da provisão?	7	17,56%	32	82,05%
Há informações sobre incertezas da provisão?	37	94,87%	2	5,13%
Há informação sobre valor de reembolso esperado da provisão?	7	17,56%	32	82,05%

Fonte: Dados da pesquisa (2006)

No ano de 2002 (tabela 8) a maioria das empresas, apenas, divulgava os saldos iniciais e finais das suas provisões (76,92%) e seus riscos divididos por classe (84,62%); mas não divulgava informações como: adições e baixas nas provisões realizadas no período (33,33%) e reversão de valores não utilizados das provisões (15,38%). A divulgação sobre incertezas era exposta por 46,15% do campo de pesquisa.

Em 2006, o maior ganho informacional foi em relação às informações sobre adições e baixas realizadas no período (82,05%), reversão de valores não utilizados (82,05%) e maior abrangência na evidenciação sobre as incertezas (94,87%) como observado na tabela 17.

As empresas do setor de energia elétrica não demonstram estar levando em conta o efeito do dinheiro no tempo, pois, não há evidencia de aplicação do ajuste a valor presente em suas provisões (2,56%-2006 e 0,00%-2002); bem como, não há informação sobre os prazos de liquidação/realização da provisão (17,56%-2006 e 0,00%-2002) e, sobre valor de reembolso esperado da provisão (17,56%-2006 e 0,00%-2002). No item divulgação do CPC 25 estes seriam requisitos básicos exigidos na divulgação, conforme explanado no referencial teórico desta pesquisa.

A pesquisa procurou analisar como as organizações do campo de pesquisa estão divulgando as informações sobre riscos, com base na análise das notas explicativas. Os passivos contingentes por terem características de *possível* poderão no futuro, se tornar prováveis e assim impactar no resultado da empresa.

Em 2002, 10 empresas fizeram menção à existência de passivos contingentes; a tabela 18 demonstra como as empresas do setor estudado estavam divulgando estas informações em 2006.

Tabela 18: Nível de divulgação dos passivos contingentes em 2006

QUESTÕES	SIM	%	NÃO	%
Há menção de existência de passivos contingentes?	34	87,18%	5	12,82%
Os passivos contingentes são divididos por classe/tipo?	28	71,79%	11	28,21%
Apresenta estimativa do valor a ser desembolsado com passivos contingentes?	32	82,05%	7	17,95%
Existem informações sobre as incertezas que envolvem os passivos contingentes?	25	64,10%	14	35,90%

Fonte: Dados da pesquisa (2006)

Em relação ao ano de 2002 conforme demonstrado na tabela 9 poucas empresas divulgavam passivos contingentes e, quando traziam esta informação para os

usuários da informação contábil, apenas, informavam sua classe e a estimativa destes valores, não possuíam informações sobre sua incerteza para que os usuários das informações contábeis pudessem avaliar o risco.

Em 2006, há uma ampla divulgação dos passivos contingentes pelas empresas do setor estudado, 87,18% das organizações, 82,05% evidenciando suas estimativas de desembolso, sendo que 71,79% separaram estes por classe de risco e 64,10% evidenciaram informação sobre as incertezas que envolvem os passivos contingentes.

Para avaliar o índice de divulgação dos dois períodos envolvidos na pesquisa e avaliar o nível de evolução entre eles foi elaborada a tabela 19 (para elaboração desta tabela não foi considerada a Cia Energética de Brasília, por não possuir informações sobre provisões e passivos contingentes em suas notas explicativas).

Tabela 19: Estatística descritiva dos dados qualitativos em 2006

		2002		2006	
		Índice de divulgação	Nº de Palavras	Índice de divulgação	Nº de Palavras
N	Validos	35	36	37	37
	Omissos	4	3	2	2
Média		29,76%	378,14	69,59%	856
Mediana		25,00%	338	75,00%	610
Desvio-padrão		13,41%	261,37	15,03%	662
Mínimo		8,33%	48	25,00%	161
Máximo		66,67%	1.224	91,67%	2.634

Fonte: Dados da pesquisa (2006)

Com base na tabela acima pode-se perceber que em média as empresas do setor de energia elétrica, em relação ao ano de 2002, tiveram aumento dos requisitos mínimos exigidos na divulgação dos riscos potenciais. O aumento da média foi de 29,76% em 2002 para 69,59% em 2006, sendo que a empresa que conseguiu melhor desempenho em 2002 atingiu 66,67% do índice de divulgação e, em 2006 teve-se 91,67%. O valor mínimo também aumentou entre os períodos estudados, sendo em 2002 de 8,33% e evoluindo para 25,00% em 2006.

O número de palavras divulgadas entre os anos de 2002 e 2006 aumentou, em média, 126,37% no período, sendo que em 2002 as empresas divulgavam, em média, em suas notas explicativas 378,14 palavras, enquanto que em 2006 o número médio passou para 856. O número máximo de palavras divulgado em 2006 atingiu 2634 palavras, enquanto que em 2002 foi de 1224.

Tabela 20: Frequência das empresas por índice de divulgação 2006

2002		2006	
Índice de divulgação	Frequência	Índice de divulgação	Frequência
0,00%	4	0,00%	2
8,33%	2	25,00%	1
16,67%	6	41,67%	2
25,00%	12	50,00%	3
33,33%	8	58,33%	3
41,67%	3	66,67%	9
50,00%	2	75,00%	8
66,67%	2	83,33%	8
		91,67%	3

Fonte: Dados da pesquisa (2006)

Efetuada análise da tabela 20 pode-se perceber que a maioria das empresas em 2002 tinha índice de divulgação entre 25% e 33,33%, constatando-se assim o baixo índice na divulgação das informações neste período. Em 2006, 25 empresas divulgaram entre 66,67% a 83,33% do índice de divulgação. Com base nesta análise pode-se perceber que houve grande evolução na média do setor.

Tabela 21: N° de palavras segregados por quartis em 2006

Quartil	N° de Palavras 2002	N° de Palavras 2010
1°	0 – 157	0 – 380
2°	158 – 330	381 – 579
3°	331 – 421	580 – 830
4°	422 – 1224	831 – 2634

Fonte: Dados da pesquisa (2006)

Com base na tabela 21 vê-se que o número de palavras distribuído por faixa de quartis aumentou, sendo que a 1ª faixa para 2002 foi de 0 – 157 palavras e para 2006 passou para 0 – 380.

Para analisar a qualidade das informações prestadas nos períodos de 2002 e 2006 foram analisadas as informações sobre incerteza que eram divulgadas aos usuários das demonstrações contábeis conforme tabela 13 (escala da tabela 5).

Tabela 22: Características das informações divulgadas sobre riscos potenciais em 2006

CLASSIFICAÇÃO	2002		2006	
	EMPRESAS	%	EMPRESAS	%
Sem Informações	4	10,26%	2	5,13%
Genérica	33	84,62%	23	58,97%
Detalhada	2	5,12%	14	35,90%

Fonte: Dados da pesquisa (2006)

Com base nas informações divulgadas na tabela 22 pode-se perceber que a maioria das empresas do setor no ano de 2002 divulgava informação de forma genérica, havendo, apenas, a evidenciação dos dados financeiros sobre provisões e passivos contingentes, mas com descrição generalizada sobre as situações das incertezas em que a empresa está envolta. No ano de 2006, a maioria das empresas ainda divulgava as informações de forma genérica, mais o número delas que passou a divulgá-las de forma detalhada aumentou de 5,12% em 2002 do total para 35,90% em 2006.

Nesta tabela observou-se que as empresas do campo de pesquisa estão enviando um maior número de sinais, só que os textos são escritos de forma genérica. Com o conhecimento que as empresas obtiveram entre a promulgação das legislações (Resolução ANEEL 444/01 e Deliberação CVM 489/05), houve distinção entre os tipos de passivos (provisões e passivos contingentes), sendo que 87,18% do setor estudado passou a divulgar contingências classificados como possíveis, mas proporcionou ao mercado informações consideradas como genéricas.

4.3. Características da divulgação dos riscos potenciais entre 2006 e 2010

4.3.1. Características quantitativas na divulgação dos riscos potenciais entre 2006 e 2010

A seguir, serão analisadas as características quantitativas na evolução da divulgação dos riscos potenciais entre os anos de 2006 e 2010 das empresas que são objeto deste estudo.

Tabela 23: Estatística descritiva dos dados quantitativos em 2006 e 2010

		2006			2010		
		% Provisões/ Ativo	% Provisões/ Passivo	% Provisões/ Receita Líquida	% Provisões/ Ativo	% Provisões/ Passivo	% Provisões/ Receita Líquida
N	Validos	38	38	38	38	38	38
	Omissos	1	1	1	1	1	1
Média		3,95%	5,99%	8,05%	4,46%	8,05%	10,46%
Mediana		1,98%	3,41%	4,13%	2,83%	5,14%	4,42%
Desvio-padrão		4,55%	5,96%	8,57%	5,59%	10,16%	16,90%
Mínimo		0,09%	0,14%	0,41%	0,08%	0,12%	0,13%
Máximo		17,43%	21,01%	40,41%	31,59%	51,61%	90,68%

Fonte: Dados da pesquisa (2010)

Considerando os dados constantes na tabela 23, pode-se perceber evolução no impacto que as provisões teriam sobre os ativos se fossem realizadas, no ano de 2006, em média, 3,95% contra 4,46% em 2010. Considerando o impacto sobre a receita líquida da empresa ter-se-ia um pequeno aumento da média de 8,05% para 10,46%. Em relação à participação no total das obrigações das empresas, um aumento de 5,99% para 8,05%. Em relação aos valores máximos obteve-se maior aumento, sendo este em 2006 de 17,43% e em 2010 de 31,59%, considerando o impacto sobre o ativo; a relação provisões e receita líquida, também, teve aumento saltando de 40,41% para 90,68%. O valor máximo que uma obrigação pode ter de seu passivo é 51,61% em 2010 em relação a 21,01% em 2006. Por meio destes dados pode-se ver que entre 2006 e 2010 houve um aumento da materialidade das provisões e passivos contingentes.

Em relação ao impacto que os passivos contingentes teriam sobre ativo e receita líquida, pode-se observar pequena mudança em relação ao período, pois em 2006 havia 33 empresas que realizavam este tipo de divulgação; em 2010, 38 das 39 realizaram menção a existência de passivos contingentes.

Tabela 24: Estatística descritiva dos dados quantitativos - passivos contingentes em 2010

		% Passivos Contingentes/ Ativo	% Passivos Contingentes /Passivo	% Passivos Contingentes /Receita Líquida
N	Validos	38	38	38
	Omissos	1	1	1
Média		10,90%	18,55%	18,47%
Mediana		7,00%	10,76%	12,43%
Desvio-padrão		11,28%	18,84%	17,02%
Mínimo		0,01%	0,01%	0,03%
Máximo		42,16%	70,02%	64,84%

Fonte: Dados da pesquisa (2010)

Considerando a tabela 23, pode-se perceber que os passivos contingentes possuem maior impacto médio do que as provisões sobre ativo total, receita líquida e participação no passivo da empresa. Em 2010, a média da provisão sobre ativos era de 4,46%, já a participação de passivos contingentes era de 10,90%.

Para realizar a comparação entre a evolução de valores entre os anos de 2006 e 2010, foi confeccionada a tabela 25, que demonstra o valor médio dos passivos contingentes divulgados e evidencia que se elevou durante os anos, passando de uma média de R\$ 393.517,22 (tabela 16 – atualizado pelo IPCA do período: Anexo V)) em 2006 para R\$ 759.779,45 em 2010.

Tabela 25: Características dos passivos contingentes em 2010

		Passivos Contingentes
N	Validos	38
	Omissos	1
Total de Passivos Contingentes do setor		R\$ 28.871.619
Média		R\$ 759.779,45
Mediana		R\$ 235.543,50
Desvio-padrão		R\$ 849.010,69
Mínimo		R\$ 1.122,00
Máximo		R\$ 2.934.959,00

Fonte: Dados da pesquisa (2010)

4.3.2. Características qualitativas na divulgação dos riscos potenciais entre 2006 e 2010

Nesta etapa da pesquisa buscou-se verificar a evidenciação das diferenças ocorridas, entre os períodos de 2006 e 2010, de como as empresas estavam divulgando suas provisões, abordando questões relativas à descrição da natureza de cada classe de provisão, se estas possuem saldo inicial e final, adições e baixas realizadas no período, reversões de valores não utilizados, se foi realizado ajuste a valor presente, se há prazo de liquidação/realização da provisão, se há informações sobre incertezas, valor e prazo de realização/liquidação e valor de reembolso esperado da provisão.

Tabela 26: Nível de divulgação das provisões em 2010

QUESTÕES	SIM	%	NÃO	%
Há descrição da natureza de cada classe de provisão (trabalhista, fiscal, ambiental, etc.)?	38	97,44%	1	2,56%
As provisões possuem saldo inicial e final?	38	97,44%	1	2,56%
Possuem provisões adicionais e baixas realizadas no período?	34	87,18%	5	12,82%
Possuem reversão de valores não utilizados?	31	79,49%	8	20,51%
Possuem informações sobre ajuste a valor presente (AVP)?	6	15,38%	39	84,62%
Há prazo de liquidação/realização da provisão?	1	2,56%	38	97,44%
Há informações sobre incertezas da provisão?	35	89,74%	4	10,26%
Há informação sobre valor de reembolso esperado da provisão?	3	7,69%	36	92,31%

Fonte: Dados da pesquisa (2010)

Em relação à tabela 17 do ano de 2006, pode-se perceber pouco ganho informacional em relação ao ano de 2010, onde a maioria das empresas do setor estudado divulgavam informações sobre descrição da natureza de cada classe, adições e baixas, reversões de valores não utilizados e informações sobre incertezas da provisão. As deficiências informacionais sobre ajuste a valor presente prazo de liquidação e informações de reembolso esperado permaneceram durante o período estudado.

A pesquisa procurou analisar como as organizações do campo de pesquisa estão divulgando estas informações, com base na análise das notas explicativas. Os

passivos contingentes por ter característica de possível poderão no futuro, se tornar prováveis e assim impactar no resultado da empresa.

Tabela 27: Nível de divulgação dos passivos contingentes em 2010

QUESTÕES	SIM	%	NÃO	%
Há menção de existência de passivos contingentes?	38	97,44%	1	2,56%
Os passivos contingentes são divididos por classe/tipo?	30	76,92%	9	23,08%
Apresenta estimativa do valor a ser desembolsado com passivos contingentes?	38	97,44%	1	2,56%
Existem informações sobre as incertezas que envolvem os passivos contingentes?	35	89,74%	4	10,26%

Fonte: Dados da pesquisa (2010)

Em relação ao ano de 2006 conforme demonstrado na tabela 18, 34 (87,18%) empresas divulgavam passivos contingentes, em 2010 há uma ampla divulgação dos passivos contingentes pelas empresas do setor estudado, com 97,44% das organizações divulgando passivos contingentes e suas estimativas de desembolso, sendo que 76,92% separaram estes por classe de risco e 89,74% evidenciaram informação sobre as incertezas que envolvem os passivos contingentes. Em relação a 2006, o maior ganho informacional foi em relação à existência de informações sobre as incertezas que envolvem os passivos contingentes que passou de 64,10% (2006) para 89,74% (2010).

Para avaliar o índice de divulgação dos dois períodos envolvidos na pesquisa e avaliar o nível de evolução entre eles foi elaborada a tabela 28.

Tabela 28: Estatística descritiva dos dados qualitativos em 2010

		2006		2010	
		Índice de divulgação	Nº de Palavras	Índice de divulgação	Nº de Palavras
N	Validos	37	37	38	38
	Omissos	2	2	1	1
Média		69,59%	856	71,71%	1.772,87
Mediana		75,00%	610	75,00%	762
Desvio-padrão		15,03%	662	9,28%	2.307,83
Mínimo		25,00%	161	50,00%	218
Máximo		91,67%	2.634	100,00%	11.443

Fonte: Dados da pesquisa (2010)

Com base na tabela acima pode-se perceber que a média do número de palavras divulgadas entre os anos de 2006 e 2010 aumentou. Em 2006 as empresas

divulgavam suas notas explicativas com média de 856 palavras, enquanto que em 2010 o número médio de palavras passou para 1772,87. O número máximo de palavras divulgado em 2010 atingiu 11443 enquanto que em 2006 foi de 2634.

Tabela 29: Frequência das empresas por índice de divulgação 2010

2006		2010	
Índice de divulgação	Frequência	Índice de divulgação	Frequência
0,00%	2	0,00%	1
25,00%	1	50,00%	2
41,67%	2	58,33%	3
50,00%	3	66,67%	9
58,33%	3	75,00%	21
66,67%	9	83,33%	1
75,00%	8	91,67%	1
83,33%	8	100,00%	1
91,67%	3		

Fonte: Dados da pesquisa (2010)

Efetuada análise da tabela 29 pode-se perceber que a maioria das empresas em 2006 tinha índice de divulgação entre 66,67% e 83,33%, em 2010, 30 empresas divulgaram entre 66,67% a 75% dos índices de divulgação. Com base nesta análise pode-se perceber que neste período não houve grande evolução na média do setor.

Tabela 30: N° de palavras segregado por quartis em 2010

Quartil	N° de Palavras 2002	N° de Palavras 2010
1°	0 – 157	0 – 555
2°	158 – 330	555 – 791
3°	331 – 421	792 – 1789
4°	422 – 1224	1790 - 11443

Fonte: Dados da pesquisa (2010)

Com base na tabela 30 vê-se que o número palavras distribuídos por faixa de quartis aumentou, sendo que a 1° faixa para 2006 foi de 0 – 380 palavras e para 2010 passou para 0 – 555.

Quanto à análise da qualidade das informações prestadas, nos períodos de 2006 e 2010 foram analisadas as informações sobre incertezas que eram divulgadas aos usuários das demonstrações contábeis conforme tabela 31 (escala da tabela 5).

Tabela 31: Características das informações divulgadas sobre riscos potenciais em 2010

CLASSIFICAÇÃO	2006		2010	
	EMPRESAS	%	EMPRESAS	%
Sem Informações	2	5,13%	1	2,56%
Genérica	23	58,97%	23	58,97%
Detalhada	14	35,90%	15	38,46%

Fonte: Dados da pesquisa (2010)

Com base nas informações divulgadas na tabela 31 pode-se perceber que no ano de 2010 a maioria das empresas ainda divulgavam as informações de forma genérica, permanecendo quase que no mesmo nível do período anterior. Neste caso as empresas do setor de energia elétrica têm emitido sinais (informações) necessários para sua diferenciação, sendo que a maior parte das empresas divulgou estas informações de forma genérica (58,97%).

4.4. Características da divulgação dos riscos potenciais entre 2010 e 2012

4.4.1. Características quantitativas na divulgação dos riscos potenciais entre 2010 e 2012

A seguir, serão analisadas as características quantitativas na evolução da divulgação dos riscos potenciais entre os anos de 2010 e 2012 das empresas que são objeto deste estudo. Para a relação provisões e receita líquida não foi considerada a empresa Rede Energia S.A. por não possuir vendas no ano de 2012.

Tabela 32: Estatística descritiva dos dados quantitativos em 2010 e 2012

		2010			2012		
		% Provisões/ Ativo	% Provisões/ Passivo	% Provisões/ Receita Líquida	% Provisões/ Ativo	% Provisões/ Passivo	% Provisões/ Receita Líquida
N	Validos	38	38	38	38	38	37
	Omissos	1	1	1	1	1	2
Média		4,46%	8,05%	10,46%	5,19%	8,78%	10,74%
Mediana		2,83%	5,14%	4,42%	7,00%	10,76%	12,43%
Desvio-padrão		5,59%	10,16%	16,90%	5,90%	10,52%	14,94%
Mínimo		0,08%	0,12%	0,13%	0,48%	0,73%	1,60%
Máximo		31,59%	51,61%	90,68%	32,17%	49,79%	60,50%

Fonte: Dados da pesquisa (2012)

Considerando os dados constantes na tabela 32, pode-se perceber uma pequena evolução no impacto das provisões sobre ativo total e passivo, o índice que teve maior variação foi em relação às provisões sobre receita líquida que em 2010 tinha maior representatividade com 90,68% e diminuiu para 60,50% em 2012, neste período as provisões cresceram 26,50% e as receitas 20,14%.

Tabela 33: Estatística descritiva dos dados quantitativos - passivos contingentes em 2012

		2010			2012		
		% Passivos Contingentes /Ativo	% Passivos Contingentes /Passivo	% Passivos Contingentes /Receita Líquida	% Passivos Contingentes /Ativo	% Passivos Contingentes /Passivo	% Passivos Contingentes /Receita Líquida
N	Validos	38	38	38	37	37	37
	Omissos	1	1	1	2	2	2
Média		10,90%	18,55%	18,47%	11,94%	19,42%	22,56%
Mediana		7,00%	10,76%	12,43%	7,54%	10,69%	16,42%
Desvio-padrão		11,28%	18,84%	17,02%	10,33%	16,36%	20,95%
Mínimo		0,01%	0,01%	0,03%	0,66%	1,02%	0,78%
Máximo		42,16%	70,02%	64,84%	46,85%	77,12%	95,60%

Fonte: Dados da pesquisa (2012)

Para confecção desta planilha não foi considerada a empresa Rede Energia S.A. por não possuir passivos contingentes divulgados no período analisado.

Considerando os resultados da tabela 33, pode-se perceber que a mudança mais significativa ocorreu, apenas, em relação à receita líquida que tem um impacto máximo entre as empresas pesquisadas de 64,84% em 2010 e passou a 95,60% em 2012.

Para realizar a comparação do comportamento dos valores, entre os anos de 2010 e 2012, foi confeccionada a tabela 34, que demonstra que o valor médio dos passivos contingentes divulgados também se elevou durante os anos, passando de uma média de R\$ 856.339,44 (em milhares de reais) (tabela 25 – atualizado pelo IPCA do período: Anexo V) em 2010 para R\$ 1.746.016,43 (em milhares de reais) em 2012. O valor total das contingências totais do setor passou de R\$ 32.540.898,62 (atualizado pelo IPCA do período: Anexo V) (em milhares de reais) em 2010 para R\$ 64.602.608 (em milhares de reais) em 2012, representando um aumento percentual de 98,53%.

Tabela 34: Características da divulgação dos passivos contingentes em 2012 (em milhares de reais)

		Passivos Contingentes
N	Validos	37
	Omissos	2
Total de Passivos Contingentes do setor		R\$ 64.602.608
Média		R\$ 1.746.016,43
Mediana		R\$ 340.506
Desvio-padrão		R\$ 4.410.473,33
Mínimo		R\$ 11.727
Máximo		R\$ 7.205.849

Fonte: Dados da pesquisa (2012)

Com a implementação das legislações aplicáveis (Resolução ANEEL 444/01, Deliberação CVM 489/05 e CPC 25), as empresas passaram a diferenciar provisões de passivos contingentes, sinalizando aos usuários da informação contábil aumento das contingências de classificação de ocorrências como possíveis.

4.4.2. Características qualitativas na divulgação dos riscos potenciais entre 2010 e 2012

No estudo verificou-se também como as empresas continuam a divulgar suas provisões, abordando questões relativas à descrição da natureza de cada classe de provisão, se estas possuem saldo inicial e final, adições e baixas realizadas no período, reversões de valores não utilizados e informações sobre incertezas. As empresas entre os anos de 2010 e 2012 não avançaram na divulgação das informações sobre ajuste a valor presente, existência de prazos de liquidação e informações de reembolso da provisão. Conforme demonstrado na tabela 35.

Tabela 35: Nível de divulgação das provisões em 2012

QUESTÕES	SIM	%	NÃO	%
Há descrição da natureza de cada classe de provisão (trabalhista, fiscal, ambiental etc)?	37	94,87%	2	5,13%
As provisões possuem saldo inicial e final?	37	94,87%	2	5,13%
Possuem provisões adicionais e baixas realizadas no período?	31	79,49%	8	20,51%
Possuem reversão de valores não utilizados?	34	87,18%	5	12,82%
Possuem informações sobre ajuste a valor presente (AVP)?	1	2,56%	38	97,44%
Há prazo de liquidação/realização da provisão?	6	15,38%	33	84,62%
Há informações sobre incertezas da provisão?	36	92,31%	3	7,69%
Há informação sobre valor de reembolso esperado da provisão?	3	7,69%	36	92,31%

Fonte: Dados da pesquisa (2012)

Em relação à divulgação de passivos contingentes também não houve evolução entre os anos de 2010 para 2012

Tabela 36: Nível de divulgação dos passivos contingentes em 2012

QUESTÕES	SIM	%	NÃO	%
Há menção de existência de passivos contingentes?	37	94,87%	2	5,13%
Os passivos contingentes são divididos por classe/tipo?	35	89,74%	4	10,26%
Apresenta estimativa do valor a ser desembolsado com passivos contingentes?	37	94,87%	2	5,13%
Existem informações sobre as incertezas que envolvem os passivos contingentes?	35	89,74%	4	10,26%

Fonte: Dados da pesquisa (2012)

Em relação à divulgação dos passivos contingentes entre os períodos de 2010 a 2012 não houve, assim como nas provisões, grandes alterações nas divulgações sobre estas informações.

Para avaliar o índice de divulgação dos dois períodos envolvidos na pesquisa e o nível de evolução entre eles foi elaborada a tabela 37, da qual se excluiu a empresa Produtores Energéticos de Manso S.A.- Proman).

Tabela 37: Estatística descritiva dos dados qualitativos em 2012

		2010		2012	
		Índice de divulgação	Nº de Palavras	Índice de divulgação	Nº de Palavras
N	Validos	38	38	37	38
	Omissos	1	1	2	1
Média		71,71%	1.772,87	73,20%	2.116,42
Mediana		75,00%	762	75,00%	1.079,50
Desvio-padrão		9,28%	2.307,83	8,69%	2.079,99
Mínimo		50,00%	218	50,00%	144
Máximo		100,00%	11.443	91,67%	9.791

Fonte: Dados da pesquisa (2012)

Com base na tabela acima pode-se perceber que em média as empresas do setor mantiveram níveis médios de divulgação parecidos entre os períodos de 2010 e 2012. As empresas aumentaram as médias de palavras emitidas para divulgar seus riscos potenciais passando de 1772,87 palavras em 2010 para 2116,42 em 2012, aumentando o número de informações do período estudado. Houve uma diminuição no nível máximo de divulgação das empresas que em 2010 atingiu 100,00% e em 2012 passou para 91,67%. Na confecção da tabela 38 não foram consideradas as empresas Produtores Energéticos de Manso S.A.- Proman por não emitir nota explicativa sobre contingências, a organização Rede Energia S.A. são divulgou provisão e passivos, mas divulgou nota sobre sua posição em respeito a esta situação.

Tabela 38: Frequência das empresas por índice de divulgação 2012

2010		2012	
Índice de divulgação	Frequência	Índice de divulgação	Frequência
0,00%	1	0,00%	2
50,00%	2	50,00%	1
58,33%	3	58,33%	4
66,67%	9	66,67%	5
75,00%	21	75,00%	21
83,33%	1	83,33%	4
91,67%	1	91,67%	2
100,00%	1		

Fonte: Dados da pesquisa (2012)

Com base na tabela 38, pode-se notar que a maioria das empresas estudadas nos anos de 2010 e 2012 teve frequência entre 66,67% e 75% dos itens estudados como

necessários para divulgação de provisões e passivos contingentes; em 2012, 4 empresas passaram a divulgar entre 83,33% e 91,67%.

Tabela 39: N° de palavras segregado por quartis em 2012

Quartil	N° de Palavras 2010	N° de Palavras 2012
1º	0 – 555	0 – 706
2º	555 – 791	707 – 1283
3º	792 – 1789	1284 – 2341
4º	1790 - 11443	2342 – 9791

Fonte: Dados da pesquisa (2012)

Com base na tabela 39 pode-se perceber que o número de palavras distribuído por faixa de quartis aumentou, sendo que a 1º faixa para 2010 foi de 0 – 555 palavras e em 2012 passou para 0 – 706.

Para analisar a qualidade das informações prestadas nos períodos de 2010 e 2012 foram analisadas as informações sobre incerteza divulgadas aos usuários das demonstrações contábeis conforme tabela 40 (escala da tabela 5).

Tabela 40: Características das informações divulgadas sobre riscos potenciais em 2012

CLASSIFICAÇÃO	2010		2012	
	EMPRESAS	%	EMPRESAS	%
Sem Informações	1	2,56%	1	2,56%
Genérica	23	58,97%	16	41,03%
Detalhada	15	38,46%	22	56,41%

Fonte: Dados da pesquisa (2012)

Pode-se perceber que, em 2010, a maioria (23) das empresas divulgavam as informações de forma genérica, com 23 empresas do total do campo de pesquisa; em 2012 a maioria das empresas (22) passou a divulgar as informações sobre seus riscos potenciais de maneira detalhada, informando aos seus usuários as principais incertezas que estas organizações estão envoltas, podendo assim haver melhor julgamento de quais destas incertezas podem afetar as empresas e avaliação mais correta dos riscos.

Entre os períodos de 2010 e 2012 as empresas não tiveram evolução no índice de divulgação que permaneceu com média parecida (71,71% - 2010 e 73,20% - 2012); a concentração de palavras por quartis aumentou de 2010 para 2012 conforme demonstrado na tabela 40, e as informações entre os períodos passou de *genérica* em 2010 para *detalhada* em 2012, com 56,41% das empresas, ou seja, as companhias passaram a sinalizar seus riscos ao mercado de capitais de modo que este possa

diferenciá-los, bem como, conhecer suas probabilidades de ocorrência. Devido também ao processo de aprendizagem desde a primeira regulamentação sobre o tema em 2001 e, até 2012, as empresas aplicaram melhor estes conceitos contidos na legislação.

4.5. Análise da divulgação dos riscos potenciais entre os períodos 2002, 2006, 2010 e 2012 – curva de aprendizagem do setor

Analisando os tópicos anteriores pode-se perceber que entre os anos de 2002 e 2006 as empresas do setor de energia elétrica obtiveram grande aumento no nível de divulgação das provisões e passivos contingentes; o índice médio de divulgação era 26,76% e passando para 69,59% em 2006, ficando no patamar de 71,71% em 2010 e 73,20% em 2012. Na ilustração 4 (página 84) a seguir, esta situação fica evidente com o aumento entre os anos de 2002 e 2006, permanecendo quase que constante em 2010 e 2012. Este aumento deve-se a melhora das definições contidas na deliberação CVM 594/09 em relação à legislação de 2002 (Resolução ANEEL 444/01). Os principais itens exigidos nesta regulamentação referem-se à divulgação dos saldos acumulados das provisões e as provisões do exercício.

Tabela 41: Evolução na divulgação das contingências do período de 2002 a 2012

	Itens de Divulgação	2002	2006	2010	2012
Divulgação Provisões	Há descrição da natureza de cada classe de provisão (trabalhista, fiscal, ambiental, etc.)?	84,62%	94,87%	97,44%	94,87%
	As provisões possuem saldo inicial e final?	76,92%	94,87%	97,44%	94,87%
	Possuem provisões adicionais e baixas realizadas no período?	33,33%	82,05%	87,18%	79,49%
	Possuem reversão de valores não utilizados?	15,38%	82,05%	79,49%	87,18%
	Possuem informações sobre ajuste a valor presente (AVP)?	0%	2,56%	15,38%	2,56%
	Há prazo de liquidação/realização da provisão?	0%	17,56%	2,56%	15,38%
	Há informações sobre incertezas da provisão?	46,15%	94,87%	89,74%	92,31%
	Há informação sobre valor de reembolso esperado da provisão?	0%	17,56%	7,69%	7,69%
Divulgação Passivos Contingentes	Há menção de existência de passivos contingentes?	25,64%	87,18%	97,44%	94,87%
	Os passivos contingentes são divididos por classe/tipo?	20,51%	71,79%	76,92%	89,74%
	Apresenta estimativa do valor a ser desembolsado com passivos contingentes?	12,82%	82,05%	97,44%	94,87%
	Existem informações sobre as incertezas que envolvem os passivos contingentes?	5,13%	64,10%	89,74%	89,74%
Frequência Índice de divulgação	0 – 25%	24	3	1	2
	25% - 50%	13	5	2	1
	50% - 75%	2	20	33	30
	75% - 100%	0	11	3	6
Informação	Sem Informações	10,26%	5,13%	2,56%	2,56%
	Genérica	84,62%	58,97%	58,97%	41,03%
	Detalhada	5,12%	35,90%	38,46%	56,41%
Nº de Palavras	1º Quartil	0-157	0-380	0-555	0-706
	2º Quartil	158-330	381-579	555-791	707-1283
	3º Quartil	331-421	580-830	792-1789	1284-2341
	4º Quartil	422-1224	831-2634	1790-11443	2342- 9791

Fonte: Dados da pesquisa (2002, 2006, 2010 e 2012)

Com base na tabela retro mencionada verificou-se também que as empresas passaram a divulgar, além dos dados sobre saldo inicial e final das provisões (2002), informações como, adições e baixas realizadas no período, reversões de valores não utilizados e informações sobre incertezas (2006 em diante), itens que são exigidos na deliberação CVM 489/05 e 594/09, mas que não eram exigidos na lei 6404/76 e resolução ANEEL 444/01; mas ainda deixam de divulgar informações sobre ajuste a valor presente, prazo de liquidação/realização e sobre valor de reembolso esperado das provisões, sendo que estas informações são obrigatórias na legislação vigente.

Itens demonstrados como separação por classe de risco e informações sobre os riscos eram exigidos já pela lei 6404/76, assim como informações sobre sua constituição.

Em relação às provisões, pode-se perceber que, desde a lei 6404/76, a legislação brasileira faz menção à constituição e informações sobre provisões, mas nesta legislação ainda não havia menção aos itens necessários para divulgação.

Com a NPC 9 de 2001, foram estabelecidos alguns aspectos para divulgação das provisões, sendo que o principal item foi a instituição da palavra provável para definição das provisões.

No setor de energia elétrica a resolução ANEEL 444/01 trouxe maiores dispositivos para divulgação das provisões inserindo itens como contingência, natureza, esfera, situação, valor e risco. Em 2006, as empresas tiveram aumento dos itens a serem informados, principalmente, pela instituição da deliberação CVM 489/05, que trouxe vários aspectos para divulgação das provisões e contingências passivas alinhado à convergência com as normas contábeis internacionais, como pode-se observar na tabela 41.

Em 2010, com a deliberação CVM 594/09 (CPC 25), pode-se perceber que o setor de energia elétrica não teve nenhum grande ganho informacional em relação a 2006, principalmente, por que, as duas legislações têm dispositivos parecidos e a mesma diretriz, que é a mesma do IAS 37.

Em relação aos passivos contingentes, também, houve aumento das empresas que passaram a divulgar estas informações. Em 2002 havia, apenas, 9 empresas que realizavam este tipo de divulgação, fato que talvez devido à difícil aplicação do conceito da época (Possível - quando as possibilidades de perda forem médias). Em 2006, com a adoção dos conceitos da deliberação CVM 489/05, e com conceitos mais claros do que venha ser passivos contingentes, 34 das 39 empresas do setor de energia elétrica realizaram menção a existência de passivos contingentes. Em relação ao período compreendido entre 2010 e 2012, não houve grande aumento em relação a este tipo de informação. Em 2012, 37 empresas divulgavam este tipo de informação. Fato este que corresponde à curva de aprendizagem do setor, sendo que as empresas já praticavam desde 2002 a divulgação destas informações.

Ilustração 4: Divulgação dos passivos contingentes

Fonte: Dados da pesquisa (2002, 2006, 2010 e 2012)

Em 2002, apenas, 5,13% das empresas divulgavam informações sobre seus passivos contingentes; em 2006, 64,10%; em 2010 e 2012 89,74% das empresas do setor de energia elétrica passaram a divulgar seus riscos.

Pode-se perceber que a deliberação CVM 489/05 produziu efeito na divulgação das contingências passivas, por ter dispositivos legais mais claros que a resolução ANEEL 444/01, lei 6404/76 e NPC 9, trazendo aos usuários das informações contábeis os riscos classificados como “possíveis”.

Ilustração 5: Gráfico do nível de divulgação

Fonte: Dados da pesquisa (2002, 2006, 2010 e 2012)

Em relação ao número de informações divulgadas pelas empresas, o período que apresentou maior evolução foi de 2002 a 2006, nos demais períodos esteve estabilizada entre na faixa de 70% (69,59% a 73,02%). Neste caso pode-se perceber que as empresas do setor estudado já vinham cumprindo a legislação vigente, o que tem aumentado é a quantidade de informações que as empresas divulgam ao mercado, permitindo que os usuários externos possam verificar o real impacto, que uma contingência pode ter.

Com a melhora na definição dos conceitos sobre passivos e sua separação em provisões e passivos contingentes que começaram a fazer parte da regulamentação contábil, houve maior divulgação dos passivos contingentes, passando a ter maior sinalização das contingências que as empresas estão envoltas, ou seja, as organizações estão divulgando sinais (informação) que podem diferenciá-las de outras.

Ilustração 6: Número de palavras divulgadas

Fonte: Dados da pesquisa (2002, 2006, 2010 e 2012)

Apesar de todas as legislações (lei 6404/06, resolução ANEEL 444/01, NPC 9, deliberações CVM 489/05 e CVM 594/09), de certa forma, exigir a divulgação de informações sobre as contingências passivas, considerando a análise dos dados da ilustração 5, pode-se perceber que também houve um aumento na quantidade das informações prestadas, em 2002 a maioria das informações prestadas eram de natureza genérica, em 2006, ainda eram genérica, mas passa a ter mais empresas divulgando de maneira detalha. Em 2012, o número de empresas com notas explicativas detalhadas

aumentou em relação às genéricas, podendo permitir aos usuários das informações contábeis julgar melhor os riscos que as empresas estão envolvidas.

As empresas do setor de energia elétrica passaram a reportar uma gama maior de informações ajudando os usuários da informação em sua tomada de decisão, fato que pode ser explicado pela aprendizagem e conhecimento das normas e exigência da legislação. Na resolução ANEEL 444/01 já havia a necessidade de demonstração sobre provisões e passivos contingentes, sendo esta informação incrementada pelos dispositivos das deliberações CVM 489/05 e 594/09.

Pode-se perceber que houve aumento quantitativo das provisões em relação aos passivos contingentes, durante os anos de 2002 e 2006, fato que pode ser observado por meio da mudança da legislação (resolução ANEEL 444/01 e deliberação CVM 489/05) permanecendo quase que constante nos períodos de 2010 e 2012. Como as legislações de 2006 (deliberação CVM 489/05) e 2010 (deliberação CVM 594/09), são parecidas não houve aumento nas informações oferecidas aos usuários da informação contábil.

Ilustração 7: Qualidade de divulgação das notas explicativas

Fonte: Dados da pesquisa (2002, 2006, 2010 e 2012)

Na ilustração 7 percebe-se que em 2002 a divulgação de informações sobre as contingências das empresas do setor estudado eram realizadas de forma genérica, ou seja, não havia detalhamento dos riscos das organizações, entre os anos de 2006 e 2010, começou o processo das empresas em divulgar informações sobre suas contingências de maneira detalhada e em 2012 a maioria das empresas setor estudado (56,41%) passou a

divulgar as informações com mais detalhes para avaliação do usuários da informação contábil sobre a possibilidade de ocorrência de seus riscos potenciais.

Um exemplo de como as empresas vêm divulgando notas explicativas com maior detalhamento é o da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG:

A Cemig foi autuada por recolhimento a menor de PIS/COFINS em razão de exclusões indevidas de despesas financeiras da base de cálculo das contribuições. Apesar de a Companhia ter recolhido PIS/COFINS sobre receitas financeiras, a Secretaria da Receita Federal entende que esse recolhimento se deu a menor. O valor da contingência era de R\$81.112 em 31 de dezembro de 2011. Em 31 de dezembro de 2012, a probabilidade de perda foi reavaliada para remota, tendo em vista que o Supremo Tribunal Federal (STF) se pronunciou pela observância do princípio da anterioridade nos casos em que a alteração de lei implique em gravame ao contribuinte.

A Companhia é ré em diversos processos judiciais, nos quais os autores exigem a suspensão da cobrança de PIS/COFINS, por considerarem ilegal a sua incidência nas faturas de energia elétrica. O valor da contingência é de R\$41.039. Em 31 de dezembro de 2012, a probabilidade de perda foi reavaliada para remota, em face de julgamento que reconheceu a legitimidade do repasse dessas contribuições nas faturas de energia elétrica.

Neste exemplo retro pode-se observar que a empresa em questão ofertou informações sobre o julgamento da administração acerca da posição da contingência exposta.

As empresas durante os anos de 2002 a 2012 passaram por um período de aprendizagem pela evolução da legislação que foi da resolução ANEEL 444/01 até a deliberação CVM 594/09, ou seja, houve um esforço do setor de energia elétrica para melhorar as informações demandadas ao mercado de capitais, sendo que a legislação permitiu este ganho de qualidade nas informações sobre provisões e passivos contingentes.

4.6. Os riscos divulgados pelas empresas

Os principais riscos divulgados pelas empresas durante o período abrangido pela pesquisa referem-se, principalmente, a cinco classes de riscos: trabalhistas que têm relação com ações trabalhistas que questionam, entre outros, pagamento de horas extras, adicionais de periculosidade, demissões sem justa causa; tributários que têm relação com os tributos PIS/COFINS, ICMS, IRPJ e CSLL, com referência, principalmente, aos autos de infração, na forma de cálculo de discussões na mudança, em 2003, dos tributos PIS/COFINS; cíveis que referem-se aos processos movidos por consumidores industriais questionando a legalidade dos aumentos tarifários concedidos, chamado de “Plano Cruzado”, pleitos de danos morais e materiais e requerimentos de revisão ou o

cancelamento da fatura; regulatória que são autos de infração da ANEEL e ambientais que tratam de ações de compensação de impactos ambientais.

Tabela 42: Divulgação dos riscos trabalhistas

	2002	2006	2010	2012
Ações trabalhistas que questionam, entre outros, pagamento de horas extras, adicionais de periculosidade, demissões sem justa causa	33	37	38	38
Não divulgaram	6	2	1	1

Fonte: Dados da pesquisa (2002, 2006, 2010 e 2012)

Nos riscos trabalhistas há uma grande concentração em ações trabalhistas.

Tabela 43: Divulgação dos riscos tributários

Riscos divulgados	2002	2006	2010	2012
Autos de Infração de ICMS	4	15	16	15
Autos de Infração do INSS	8	9	9	11
Processos de Administrativo na RFB	3	9	10	9
COFINS/PIS - diferenças na base de cálculo	23	22	20	19
Ações da Prefeitura IPTU	3	1	1	1
Ações da Prefeitura ISS		3	3	3
Discussão na base do IRPJ e CSLL	3	14	16	17
Restituição de valores pagos a maior	1	1	1	1
Autos do FINSOCIAL		5	5	4
Atuações ITCMD		2	2	2
Taxas prefeituras		1	1	1

Fonte: Dados da pesquisa (2002, 2006, 2010 e 2012)

Neste caso, as empresas do setor de energia elétrica passaram a divulgar dados referentes a riscos tributários de maneira mais diversificada em relação a sua evolução, passando do PIS/COFINS para ações do ICMS e diferença na base de cálculo do IRPJ e CSLL.

Tabela 44: Divulgação dos riscos cíveis

Riscos divulgados	2002	2006	2010	2012
Cobranças de honorários	1	1	1	1
Contingências oriundas de processos cíveis e para pagamento de desapropriações	3	2	2	2
Ações indenizatórias	1	1	1	1
Pleitos de danos morais e materiais, além de questionamento dos valores pagos por consumidores	12	30	34	34
Pleitos de consumidores industriais congelamento de preços do “Plano Cruzado”	10	14	15	16
Discussão sobre o contrato de compra e venda do imóvel	1			
Multas e rescisões contratuais		3	4	3
Empréstimos compulsórios		1	1	1
Imóvel chamado CEMETEQ		2	2	2

Fonte: Dados da pesquisa (2002, 2006, 2010 e 2012)

No caso dos riscos cíveis, há uma grande predominância daqueles envolvendo os consumidores como: pleitos de danos morais e materiais, questionamento dos valores pagos por consumidores e pleitos de danos morais e materiais, o que também demonstra relação com a qualidade dos serviços prestados pelas empresas.

Tabela 45: Divulgação dos riscos regulatórios

Riscos divulgados	2002	2006	2010	2012
Transgressão de índices de qualidade no atendimento aos consumidores		2	3	4
Conta de Resultados a Compensar que foram previamente utilizados para reduzir as quantias devidas ao Governo Federal		1	1	1
Auto de Infração ANEEL - Redução de Capital		2	2	2

Fonte: Dados da pesquisa (2002, 2006, 2010 e 2012)

Nos riscos regulamentários os principais riscos são em relações as ações da ANEEL sobre transgressão da qualidade no atendimento aos consumidores.

Tabela 46: Divulgação dos riscos ambientais

Riscos divulgados	2002	2006	2010	2012
Trata-se de ações de compensação de impactos ambientais, movidas por municípios ao longo da bacia do rio Paranapanema		1	1	1
Visa compensar os impactos sócio-ambientais decorrentes da implantação do empreendimento denominado Usina Hidroelétrica de Itapebi		1	1	1

Fonte: Dados da pesquisa (2002, 2006, 2010 e 2012)

Nas ações ambientais, os principais riscos referem-se aos impactos ambientais que as empresas de energia elétrica causam na implantação de seus empreendimentos.

Outro teste aplicado na pesquisa em questão foi em relação às classes de provisões que estão sendo divulgadas pelas empresas do campo de pesquisa, para identificar qual delas possui maior participação. Foram selecionados quatro tipos específicos de provisões que aparecem com maior frequência nas notas explicativas das empresas: trabalhista, fiscais, cíveis, regulamentárias e outras (de menor valor). Foram analisadas as notas explicativas dos anos 2010 para extração destes valores.

Tabela 47: Total das provisões das empresas do setor de energia elétrica separadas por tipo

Provisão	2010	%
Trabalhistas	3.494.594	34,77%
Fiscais	1.774.240	17,65%
Cíveis	3.756.101	37,37%
Regulatórias	368.650	3,67%
Ambientais	565.505	5,63%
Outras	90.857	0,90%
Total	9.446.288	

Fonte: Dados da pesquisa (2010)

As provisões cíveis são as que apresentam maior participação com 37,37%, seguida das provisões trabalhistas (34,77%) e, as fiscais tiveram participação de 17,65%.

Tabela 48: Total dos passivos contingentes das empresas do setor de energia elétrica separadas por tipo

Passivos Contingentes	2.010	%
Trabalhistas	2.532.001	12,24%
Fiscais	10.859.761	52,52%
Cíveis	7.155.867	34,60%
Regulatórias	2.883.088	13,94%
Ambientais	131.359	0,64%
Total	20.678.988	

Fonte: Dados da pesquisa (2010)

Os passivos contingentes fiscais são os que apresentam maior participação com 52,52%, seguido dos Cíveis com 34,60%, regulatória com 13,94% e trabalhistas com 12,24%. Os dados obtidos nesta tabela em relação à tabela 47 apresentam diferenças, sendo a provisão de maior relevância são as cíveis seguidas das trabalhistas, e em

relação aos passivos contingentes percebemos que as contingências fiscais passam a ser as mais relevantes, fato que corrobora os resultados apresentados em Ribeiro (2012), em que as empresas gerenciam os resultados do contencioso legal, sabendo que podem prorrogar o prazo das contingências com recursos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral deste trabalho foi identificar o comportamento da divulgação dos riscos potenciais apresentados pelas informações contidas nas provisões e passivos contingentes das empresas. Para tanto foi feito análise das notas explicativas, observado o cumprimento da legislação vigente, por meio do denominado “índice de divulgação”, criado pelo autor; quantificação dos valores materiais e contagens de palavras e categorização.

O foco de estudos anteriores era verificar o nível de evidenciação das informações sobre riscos potenciais das empresas em um determinado período (FARIAS, 2004; OLIVEIRA, 2007; OLIVEIRA, 2010; FONTELES et al, 2012). Neste estudo avaliou-se o comportamento da divulgação dos riscos potenciais durante uma série temporal de um determinado setor da BM&FBovespa, em que foram analisadas o comportamento das empresas antes e após terem regulamentação específica do setor, em que uma nova forma de divulgar as provisões e passivos contingentes se tornou obrigatória. No presente estudo foram utilizadas as seguintes séries temporais: 2002-2006; 2006-2010 e 2010-2012.

Em 2002, o setor de energia elétrica já possuía algumas informações que convergiam com a legislação internacional. Novos dispositivos de divulgação das provisões e passivos contingentes foram dados pela deliberação CVM 489/05, que integrou, de fato, a legislação nacional com as emanadas pelo IFRS, culminando na promulgação da lei 11.368/07 e, consequente instituição da deliberação CVM 594/09/CPC 25.

Entre os anos de 2002 e 2006, as empresas do setor de energia elétrica não demonstram estar levando em conta na sua divulgação o efeito do dinheiro no tempo. Não houve evidencia de aplicação do ajuste a valor presente nas provisões das empresas, não foram informados os prazos de liquidação/realização da provisão, bem como, o valor de reembolso esperado, sendo que tal informação não foi apresentada até 2012.

Outro fato relevante, em relação ao período de 2002 a 2006, foi a incorporação das notas explicativas na divulgação dos passivos contingentes. Em 2002 verificou-se que poucas empresas faziam este tipo de divulgação. A partir de 2006, foi observado que a maioria das empresas passou a fornecer esse tipo de informação, revelando contingências que o mercado anteriormente não visualizava.

Observou-se, também, que entre os anos de 2002 e 2006, as empresas de energia elétrica tiveram grande evolução em relação à divulgação dos riscos potenciais. Em 2002, o índice de divulgação ficou entre 25% e 33,33%, constatando-se assim o baixo índice na divulgação neste período. Já em 2006, passou de 66,67% para 83,33%.

O número de palavras divulgadas entre os anos de 2002 e 2006 aumentou em média 126,37%. As empresas divulgavam suas notas explicativas com 378,14 palavras, enquanto que em 2006 passou para 856. No período mencionado, poucas empresas divulgavam passivos contingentes e quando traziam esta informação para os usuários da informação contábil, apenas informavam sua classe e a estimativa destes valores; não havia informações sobre incerteza para que se pudessem avaliar riscos.

Nota-se, também, em 2002, que a maioria das empresas do setor estudado divulgava a informação de forma genérica, havendo, apenas, a evidenciação dos dados financeiros sobre provisões e passivos contingentes, entretanto a descrição sobre as situações das incertezas em que a companhia está inserida era apresentada de forma genérica.

Já no ano de 2010, a maioria das empresas ainda divulgava as informações de forma superficiais, porém a quantidade que passou a divulgar estas informações de forma detalhada, aumentou de 5,12% em 2002 para 38,46% para 2010.

Em 2010, a informação adicional, que passou a ser divulgada, foi sobre adições e baixas realizadas no período, reversão de valores não utilizados e maior abrangência na evidenciação sobre as incertezas.

Dessa forma, observou-se que entre 2010 a 2012, ocorreu maior evolução na divulgação das contingências em relação ao número de informações disponibilizadas pelas empresas. As empresas do setor estudado aumentaram as médias de palavras emitidas para divulgar seus riscos potenciais passando de 1772,87 palavras, em 2010, para 2116,42 em 2012.

A maioria das empresas passou, também, a divulgar informações sobre seus riscos potenciais de maneira mais detalhada, informando aos seus usuários as principais incertezas que estas organizações estão inseridas, podendo assim ocorrer o melhor julgamento de quais destas ações podem afetar as empresas e avaliação mais coerente dos riscos.

As empresas do setor estudado passaram a sinalizar maior quantidade de informações ao mercado, possibilitando aos usuários da informação contábil diferenciar as empresas, por meio, da divulgação sobre suas contingências.

Pode-se verificar aumento considerável no valor total das contingências, que passou de R\$ 32.540.898,62 (atualizado pelo IPCA do período: Anexo V) (em milhares de reais) em 2010 para R\$ 64.602.608 (em milhares de reais) em 2012, representando um aumento percentual de 98,53%. Por fim, baseado nos principais resultados mencionados, nota-se que as empresas do setor de energia elétrica, apresentaram uma curva de aprendizagem em relação à regulamentação vigente, segundo os índices de divulgação, número de palavras, categorização, valores materiais e análise das notas explicativas das empresas sobre provisões e passivos contingentes. Na instituição da regulamentação vigente, entre os anos de 2002 e 2006, houve grande evolução na divulgação das informações sobre contingências. Observa-se que no período de 2010 e 2012, as informações divulgadas passaram a ser mais detalhadas. Entretanto, vale enfatizar a subjetividade da legislação, na definição dos termos provisões e passivos contingentes.

De forma geral, o comportamento das informações divulgadas durante o período de estudo revelam que a adequação das empresas do setor às normas internacionais de contabilidade se deu, basicamente, em 2006, ou seja, quatro anos antes do grande movimento realizado pelo conjunto das empresas na adoção das diretrizes contábeis internacionais. Isso combina com o setor, que é um dos raros regulamentados no Brasil; do qual muitas empresas atuam no mercado aberto, nacional e estrangeiro; . Acrescente-se, ainda, sua classificação entre aqueles considerados, potencialmente, poluidores. Este conjunto de fatores contribui para prender a atenção de vários agentes em relação às empresas em questão e, conseqüentemente, crescente pressão para aumento da transparência das ações realizadas e redução da assimetria de informações. Não atender a esta nova demanda por informações pode implicar em perder investidores, sofrer sanções dos reguladores e credores, logo, tornou-se parte das preocupações dos empresários sinalizar para a sociedade os detalhes do contexto em que estão envolvidos. Fatos que puderam ser constatados no comportamento das informações divulgadas no período avaliado, visualizados, também, pela quantidade de exigibilidades na área tributária, cível, trabalhista e ambiental que tiveram aumento, em termos de extensão, bastante significativos.

As empresas do setor de energia elétrica durante o período de 2002 a 2012 começaram a sinalizar os principais os riscos potenciais das empresas do setor objeto de estudo, possibilitando aos leitores das demonstrações contábeis maior diferenciação dos riscos em que as empresas possuem.

Cabe ressaltar algumas limitações do presente estudo: destaca-se o número limitado de empresas utilizadas e a realização do estudo em um único setor, sendo que os dados apresentados não devem ser generalizados para outros setores de atividade. Outra restrição que se apresentou foi a quantificação das informações em detrimento da qualidade destas sob o ponto de vista do usuário, que pode ser o referencial para novas pesquisas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AHMED, A. S., DUELLMAN, S. Accounting conservatism and board of director characteristics: An empirical analysis (2007). **Journal of Accounting and Economics**, 43 (2-3), p. 411-437.

ABERNETHY, M. A., et. al. Research in managerial accounting: learning from others experiences. **Accounting and Finance**, v. 39, p. 1-27, 1999.

AKERLOF, G. A. The Market for "Lemons": Quality Uncertainty and the Market Mechanism. **The Quarterly Journal of Economics**, v. 84, n. 3, p. 488-500, 1970.

ALEXANDER, D. et. al. Provisions and contingencies: an Anglo-French investigation. **The European Accounting Review**, p. 271-298, 1996.

BASU, S. Discussion of “Conditional and Unconditional Conservatism: Concepts and Modeling”. **Review of Accounting Studies**, v. 10, p. 311–321, 2005.

BASU, S. The conservatism principle and the asymmetric timeliness of earnings. **Journal of Accounting and Economics**, v. 24, n. 1, p. 3-37, 1997.

BARTH, M. E. et. al. Factors Influencing Firms' Disclosures about Environmental Liabilities. **Review of Accounting Studies**, v. 2, p. 35-64, 1997.

BERLE, A.; MEANS, G. **The Modern Corporation and Private Property**. New York: Macmillan, 1932.

BLACCONEIERE, W.; NORTHCUT D. Enviromental information and Market reactions to environmental legislation. **Journal of Accounting, Auditing and Finance**, v. 12, p.149-178.

_____; PATTEN. Enviromental disclosures, regulatory costs, and changes in firm value. **Journal of Accounting, Auditing and Finance**, v. 18, p.357-377.

BRASIL, Comitê de Pronunciamentos Contábeis. **CPC 25**. Brasília, Junho, 2009, Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/pronunciamentosIndex.php>> Acesso em 02.01.2013.

_____. Instituto dos Auditores Independentes do Brasil. **NPC 9**. Brasília, Outubro, 2001, Disponível em: <<http://www.ibracon.com.br/ibracon>> Acesso em 02.01.2013.

_____. Instituto dos Auditores Independentes do Brasil. **NPC 22**. Brasília, Outubro, 2005, Disponível em: <<http://www.ibracon.com.br/ibracon>> Acesso em 02.01.2013.

_____. Deliberação CVM n. 489, de 03/10/2005, Comissão de Valores Mobiliários, 2005.

_____. Deliberação CVM n. 594, de 15/09/2009, Comissão de Valores Mobiliários, 2005.

_____. nº 8.031, de 12/04/90. **Diário Oficial – República Federativa do Brasil:** Poder Executivo. Brasília, DF, 1990.

_____. Lei 11.638, de 28/12/07. **Diário Oficial – República Federativa do Brasil:** Poder Executivo. Brasília, DF, 2007.

_____. Lei 11.941, de 27/05/09. **Diário Oficial – República Federativa do Brasil:** Poder Executivo. Brasília, DF, 2009.

BOTOSAN, C. A. et. al. Accounting for Liabilities: Conceptual Issues, Standard Setting, and Evidence from Academic Research. **Accounting Horizons**, v. 19, n. 3, p. 159-186, 2005.

CAETANO, et. al. **Evidenciação do Passivo Contingencial nas Demonstrações Contábeis: Um estudo nas Empresas de Papel e Celulose.** Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, 10, 2010, São Paulo. Anais. São Paulo: USP, 2010.

COHEN, D. et. al. Warranty Reserve: Contingent Liability, Information Signal, or Earnings Management Tool?. **The Accounting Review**. v. 86, n. 2, p. 569-604, 2011.

CORRAR, L. J. et. al. **Análise multivariada para cursos de administração, ciências contábeis e economia.** São Paulo: Atlas, 2011.

DU, N., STEVENS K. T., Numeric-to-verbal translation of probability expressions in SFAS 5. **Managerial Auditing Journal**, v. 26, p. 248–262, 2010.

DU, N., STEVENS K. T., MCENROE, J. E., Improving consistency in interpreting SFAS 5 probability phrases. **Research in Accounting Regulation**, v. 23, p. 67–70, 2011.

FASB – SFAS 5 Statement of Financial Accounting Standards nº 5. Accounting for Contingencies. Issued: March, 1975, Disponível em: < <http://www.fasb.org> > Acesso em 02.01.2013.

FASB – SFAS 6 Statement of Financial Accounting Standards nº 6. Classification of Short-Term Obligations Expected to be Refinanced. Issued: May, 1975, Disponível em: < <http://www.fasb.org> > Acesso em 02.01.2013.

FARIAS, Manoel Raimundo Santana. **Divulgação do passivo:** um enfoque sobre o passivo contingente no setor químico e petroquímico brasileiro. São Paulo: USP, 2004. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, 2004.

FIELDS, T. D., LYS T. Z., VINCENTB L., Empirical research on accounting choice. **Journal of Accounting and Economics**, v. 31, p. 255–307, 2001.

FONTELES, et. al. Determinantes da evidenciação de provisões e contingências por companhias listadas na BM&FBovespa. Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, 12, 2012, São Paulo. Anais. São Paulo: USP, 2012.

GLEASON, C. A., MILLS, L. F. Materiality and Contingent Tax Liability Reporting. **The Accounting review**, v. 77, p.317-342, 2002.

HAIR, J. F. et. al. **Análise Multivariada de Dados**. 5 ed., Porto Alegre: Bookman, 2005.

HENDRIKSEN, E. S., VAN BREDA, M. F. **Teoria da Contabilidade**. Tradução da 5. ed. Americana por Antonio Zoratto Sanvicente. São Paulo: Atlas, 1999.

HOFFMAN, V. B., Patton, J. M., How are loss contingency accruals affected by alternative reporting criteria and incentives. **Journal of Accounting and Public Policy**, vol. 21, p. 151–167, 2002.

HOLDER, A. D., et. al. A content analysis of the comment letters to the FASB and IASB: Accounting for contingencies. **Advances in Accounting, incorporating Advances in International Accounting**. ed. 29, p. 134–153, 2013.

IUDÍCIBUS, S. **Teoria da contabilidade**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

IASB/IAS 37 – International Accounting Standards nº 37, *Provisions, Contingent Liabilities and Contingent Assets*, Londres, Setembro, 1999, Disponível em: <<http://www.ifrs.org>> Acesso em: 02/01/2013.

JENSEN, M. C.; MECKLING, W. Theory of the firm: managerial behavior, agency costs and ownership structure. **Journal of Financial Economics**, v. 3, p. 305-360, 1976.

OLIVEIRA, J. S. Relato financeiro sobre provisões, passivos contingentes e activos contingentes: o caso português, **Revista Contabilidade e Gestão**, n. 4, p. 19-66, 2007.

OLIVEIRA, Michelle Adriane Silva. **Disclosure das Contingências e Provisões Passivas**. Belo Horizonte: UFMG, 2010. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis). Faculdade de ciências econômicas, 2010.

KAM, V. **Accounting Theory**. 2nd Ed, USA, John Willey, 1990.

LAFOND, R., WATTS, R. L. The information role of conservatism. **The Accounting Review**, v. 83, n. 2, 2008.

LAMBERT, R. A. Contracting theory and accounting. **Journal of Accounting and Economics**, v.32, p. 3–87, 2001.

LINSMEIER, T. J. et. al. Response to IASC Exposure Draft “Provisions, Contingent Liabilities and Contingent Assets”, **Accounting Horizons**, v. 12, n. 2, p. 192-200, 1998.

LOPES, A. B.; MARTINS, E. **Teoria da contabilidade: uma nova abordagem**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MARTINS, G. A., THEÓPHILO C. R. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. São Paulo: Atlas, 2007.

MILGRON, PAUL; ROBERTS, John. **Economics, organization and management**. New Jersey: Prentice Hall, 1992.

NELSON, M.W., KINNEY JR., W.R., The effect of ambiguity on loss contingency reporting judgments. **Accounting Review**, v. 72, p. 257-274, 1997.

PAULO, E. et. al. Conservadorismo contábil nas companhias abertas e fechadas brasileiras. **Revista de Administração de Empresas**, v. 48, n. 3, p. 46-60, 2008.

PENNO, M. C., Rules and Accounting: Vagueness in Conceptual Frameworks. **Accounting Horizons**, v. 22, n. 3, p. 339-351, 2008.

SAMUELSON, R. A. Accounting for liabilities to perform services. **Accounting Horizons**. v. 7, n. 3, p. 32-45, 1993.

SILVA, C. A. T. et. al. Influência do incentivo ao conservadorismo nas escolhas contábeis relacionadas ao reconhecimento de provisão de contingências passivas. **Revista Universo Contábil**. v. 6, n.4, p. 06-20, 2010.

RAGAZZI, A. P., MAGALHÃES, H., BORTOLOZI, H. E. Minoritário questiona provisão da TIM. **Valor Econômico**, São Paulo, 03 de outubro de 2012.

RIBEIRO, Antônio de Cístolo. **Provisões, Contingências e Normas Contábeis: Um Estudo de Gerenciamento de Resultado com Contencioso Legal no Brasil**. São Paulo: USP, 2004. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, 2012.

ROSS, S. A. The Determination of Financial Structure: The Incentive-Signalling Approach. **The Bell Journal of Economics**, v. 8, n. 1, p. 23-40, 1977.

SPENCE, A. Michael. Job market signaling. **The Quarterly Journal of Economics**, v. 83, n. 3, p. 355-374, 1973.

SPENCE, A. Michael. Signaling in retrospect and the informational structure of markets. **The American Economic Review**, v. 92, n. 3, p. 434-459, 2002.

TSAKUMIS, G. T. The Influence of Culture on Accountants' Application of Financial Reporting Rules. **ABACUS**, v. 43, n. 1, p. 27-48, 2007.

WATT S, R. L. Conservatism in accounting part I: explanations and implications. **Accounting Horizons**, v. 17, n. 3, p. 207-221, Sep. 2003a.

ANEXO I – Empresas Objeto do Estudo

EMPRESAS	DATA REGISTRO
AES ELPA S.A.	14/10/2002
AES SUL DISTRIB GAUCHA DE ENERGIA S.A.	13/10/1997
AES TIETE S.A.	14/07/1999
AMPLA ENERGIA E SERVICOS S.A.	15/08/1969
BANDEIRANTE ENERGIA S.A.	27/03/1998
CENTRAIS ELET BRAS S.A. - ELETROBRAS	28/01/1971
CENTRAIS ELET DE SANTA CATARINA S.A.	26/03/1973
CENTRAIS ELET DO PARA S.A. - CELPA	14/06/1999
CENTRAIS ELET MATOGROSSENSES S.A.- CEMAT	25/10/1994
CESP - CIA ENERGETICA DE SAO PAULO	27/09/1971
CIA BRASILIANA DE ENERGIA	29/06/2001
CIA ELETRICIDADE EST. DA BAHIA - COELBA	28/07/1994
CIA ENERGETICA DE BRASILIA	04/07/1994
CIA ENERGETICA DE MINAS GERAIS - CEMIG	30/06/1971
CIA ENERGETICA DE PERNAMBUCO - CELPE	29/04/1994
CIA ENERGETICA DO CEARA - COELCE	13/06/1995
CIA ENERGETICA DO MARANHAO - CEMAR	13/11/1997
CIA ENERGETICA DO RIO GDE NORTE - COSERN	04/01/1999
CIA ESTADUAL GER.TRANS.ENER.ELET-CEEE-GT	07/01/1970
CIA PARANAENSE DE ENERGIA - COPEL	04/04/1994
CIA PAULISTA DE FORCA E LUZ	19/08/1969
CIA PIRATININGA DE FORCA E LUZ	18/04/2002
CPFL ENERGIA S.A.	18/05/2000
CPFL GERACAO DE ENERGIA S.A.	07/06/2001
CTEEP - CIA TRANSMISSÃO ENERGIA ELÉTRICA PAULISTA	14/07/1999
DUKE ENERGY INT. GER. PARANAPANEMA S.A.	14/07/1999
ELEKTRO - ELETRICIDADE E SERVICOS S.A.	08/07/1998
ELETROPAULO METROP. ELET. SAO PAULO S.A.	19/08/1993
EMAE - EMPRESA METROP.AGUAS ENERGIA S.A.	27/03/1998
EMPRESA ENERG MATO GROS.SUL S.A.-ENERSUL	28/08/1981
ENERGISA S.A.	20/12/1995
ESPIRITO SANTO CENTR.ELETR. S.A.-ESCELSA	19/01/1996
INVESTCO S.A.	04/02/2000
LIGHT SERVICOS DE ELETRICIDADE S.A.	25/11/1968
NEOENERGIA S.A.	08/05/1996
PRODUTORES ENERGÉTICOS DE MANSO S.A.	07/02/2002
REDE ENERGIA S.A.	16/10/1969
RIO GRANDE ENERGIA S.A.	13/10/1997
TRACTEBEL ENERGIA S.A.	28/05/1998

ANEXO II – Nível de Divulgação das empresas

EMPRESAS	Nível de Divulgação			
	2002	66,67%	2010	2012
AES ELPA S.A.	25,00%	83,33%	66,67%	75,00%
AES SUL DISTRIB GAUCHA DE ENERGIA S.A.	25,00%	75,00%	75,00%	75,00%
AES TIETE S.A.	25,00%	75,00%	75,00%	75,00%
AMPLA ENERGIA E SERVICOS S.A.	66,67%	66,67%	75,00%	75,00%
BANDEIRANTE ENERGIA S.A.	25,00%	66,67%	75,00%	75,00%
CENTRAIS ELET BRAS S.A. - ELETROBRAS	25,00%	25,00%	75,00%	75,00%
CENTRAIS ELET DE SANTA CATARINA S.A.	33,33%	91,67%	58,33%	75,00%
CENTRAIS ELET DO PARA S.A. - CELPA	25,00%	83,33%	66,67%	91,67%
CENTRAIS ELET MATOGROSSENSES S.A.- CEMAT	25,00%	75,00%	75,00%	75,00%
CESP - CIA ENERGETICA DE SAO PAULO	16,67%	50,00%	75,00%	75,00%
CIA BRASILIANA DE ENERGIA	0,00%	66,67%	58,33%	75,00%
CIA ELETRICIDADE EST. DA BAHIA - COELBA	41,67%	0,00%	66,67%	66,67%
CIA ENERGETICA DE BRASILIA	33,33%	83,33%	50,00%	75,00%
CIA ENERGETICA DE MINAS GERAIS - CEMIG	66,67%	83,33%	66,67%	75,00%
CIA ENERGETICA DE PERNAMBUCO - CELPE	16,67%	58,33%	66,67%	50,00%
CIA ENERGETICA DO CEARA - COELCE	25,00%	58,33%	58,33%	75,00%
CIA ENERGETICA DO MARANHAO - CEMAR	33,33%	75,00%	66,67%	83,33%
CIA ENERGETICA DO RIO GDE NORTE - COSERN	33,33%	41,67%	66,67%	66,67%
CIA ESTADUAL GER.TRANS.ENER.ELET-CEEE-GT	16,67%	91,67%	66,67%	58,33%
CIA PARANAENSE DE ENERGIA - COPEL	25,00%	66,67%	66,67%	75,00%
CIA PAULISTA DE FORCA E LUZ	33,33%	66,67%	83,33%	66,67%
CIA PIRATININGA DE FORCA E LUZ	33,33%	66,67%	75,00%	75,00%
CPFL ENERGIA S.A.	16,67%	50,00%	75,00%	75,00%
CPFL GERACAO DE ENERGIA S.A.	0,00%	50,00%	75,00%	83,33%
CTEEP - CIA TRANSMISSÃO ENERGIA ELÉTRICA PAULISTA	8,33%	75,00%	50,00%	58,33%
DUKE ENERGY INT. GER. PARANAPANEMA S.A.	8,33%	66,67%	75,00%	83,33%
ELEKTRO - ELETRICIDADE E SERVICOS S.A.	33,33%	66,67%	75,00%	83,33%
ELETROPAULO METROP. ELET. SAO PAULO S.A.	41,67%	41,67%	75,00%	66,67%
EMAE - EMPRESA METROP.AGUAS ENERGIA S.A.	16,67%	75,00%	75,00%	58,33%
EMPRESA ENERG MATO GROS.SUL S.A.-ENERSUL	25,00%	58,33%	75,00%	75,00%
ENERGISA S.A.	16,67%	75,00%	75,00%	75,00%
ESPIRITO SANTO CENTR.ELETR. S.A.-ESCELSA	33,33%	83,33%	75,00%	75,00%
INVESTCO S.A.	0,00%	91,67%	75,00%	66,67%
LIGHT SERVICOS DE ELETRICIDADE S.A.	41,67%	83,33%	75,00%	91,67%
NEOENERGIA S.A.	25,00%	0,00%	91,67%	58,33%
PRODUTORES ENERGET.DE MANSO S.A.- PROMAN	0,00%	83,33%	0,00%	0,00%
REDE ENERGIA S.A.	25,00%	75,00%	75,00%	0,00%
RIO GRANDE ENERGIA S.A.	50,00%	83,33%	75,00%	75,00%
TRACTEBEL ENERGIA S.A.	50,00%	66,67%	100,00%	75,00%

ANEXO III – Total de Provisões por Empresas

EMPRESAS	PROVISÕES			
	2002	2006	2010	2012
AES ELPA S.A.	1.506.919	1.523.245	839.594	501.130
AES SUL DISTRIB GAUCHA DE ENERGIA S.A.	135.053	115.676	75.309	48.043
AES TIETE S.A.	52.360	46.093	132.124	55.031
AMPLA ENERGIA E SERVICOS S.A.	446.969	405.346	446.318	396.911
BANDEIRANTE ENERGIA S.A.	60.992	128.186	196.092	236.385
CENTRAIS ELET BRAS S.A. - ELETROBRAS	4.735.987	3.041.220	4.158.869	6.562.242
CENTRAIS ELET DE SANTA CATARINA S.A.	169.864	491.439	1.579.955	1.727.062
CENTRAIS ELET DO PARA S.A. - CELPA	8.454	12.383	15.587	227.389
CENTRAIS ELET MATOGROSSENSES S.A.- CEMAT	11.051	6.259	2.504	74.639
CESP - CIA ENERGETICA DE SAO PAULO	441.184	389.256	1.588.598	1.941.473
CIA BRASILIANA DE ENERGIA	0	1.576.759	665.003	584.065
CIA ELETRICIDADE EST. DA BAHIA - COELBA	221.165	94.588	109.100	164.723
CIA ENERGETICA DE BRASILIA	51.022	23.526	74.823	54.177
CIA ENERGETICA DE MINAS GERAIS - CEMIG	543.366	534.980	440.178	468.186
CIA ENERGETICA DE PERNAMBUCO - CELPE	44.172	15.529	356.799	68.070
CIA ENERGETICA DO CEARA - COELCE	89.294	80.366	83.531	106.329
CIA ENERGETICA DO MARANHAO - CEMAR	4.709	39.239	44.343	216.235
CIA ENERGETICA DO RIO GDE NORTE - COSERN	34.618	15.628	25.966	31.539
CIA ESTADUAL GER.TRANS.ENER.ELET-CEEE-GT	0	295.376	675.905	576.474
CIA PARANAENSE DE ENERGIA - COPEL	437.170	222.473	866.378	1.155.708
CIA PAULISTA DE FORCA E LUZ	176.267	68.604	81.761	104.172
CIA PIRATININGA DE FORCA E LUZ	34.610	8.490	120.692	143.619
CPFL ENERGIA S.A.	176.492	103.711	291.266	386.079
CPFL GERACAO DE ENERGIA S.A.	225	2.852	20.358	36.985
CTEEP - CIA TRANSMISSÃO ENERGIA ELÉTRICA PAULISTA	174.454	265.075	184.350	120.845
DUKE ENERGY INT. GER. PARANAPANEMA S.A.	56.165	7.785	15.404	23.705
ELEKTRO - ELETRICIDADE E SERVICOS S.A.	26.879	119.167	102.974	186.674
ELETROPAULO METROP. ELET. SAO PAULO S.A.	1.370.033	1.325.786	539.837	485.167
EMAE - EMPRESA METROP.AGUAS ENERGIA S.A.	15.373	15.414	37.951	82.120
EMPRESA ENERG MATO GROS.SUL S.A.-ENERSUL	49.263	72.949	66.004	168.923
ENERGISA S.A.	104.938	36.751	102.919	96.574
ESPIRITO SANTO CENTR.ELETR. S.A.-ESCELSA	194.579	69.940	128.014	411.319
INVESTCO S.A.	0	8.933	23.335	6.680
LIGHT SERVICOS DE ELETRICIDADE S.A.	685.509	1.238.624	551.897	583.171
NEOENERGIA S.A.	623.179	165.251	206.774	374.149
PRODUTORES ENERGET.DE MANSO S.A.- PROMAN	0	-	0	0
REDE ENERGIA S.A.	109.107	22.100	89.624	214.689
RIO GRANDE ENERGIA S.A.	30.223	61.759	43.918	48.354
TRACTEBEL ENERGIA S.A.	313.570	67.495	154.282	481.695

ANEXO IV – Total de Passivos Contingentes por Empresas

EMPRESAS	PASSIVOS CONTINGENTES			
	2002	2006	2010	2012
AES ELPA S.A.	0	11.174.071	1.893.816	2.291.073
AES SUL DISTRIB GAUCHA DE ENERGIA S.A.	0	1.428.832	37.259	77.488
AES TIETE S.A.	0	1.917.526	94.910	235.278
AMPLA ENERGIA E SERVICOS S.A.	114.366	2.929.721	1.818.828	2.449.618
BANDEIRANTE ENERGIA S.A.	0	1.549.946	306.953	668.508
CENTRAIS ELET BRAS S.A. - ELETROBRAS	0	44.055.853	7.858	27.205.849
CENTRAIS ELET DE SANTA CATARINA S.A.	0	2.339.456	8.302	35.402
CENTRAIS ELET DO PARA S.A. - CELPA	0	2.231.806	278.023	1.212.241
CENTRAIS ELET MATOGROSSENSES S.A. - CEMAT	0	1.621.950	1.268.569	701.687
CESP - CIA ENERGETICA DE SAO PAULO	0	9.528.519	1.682.640	3.206.492
CIA BRASILIANA DE ENERGIA	0	13.810.053	2.420.446	2.960.605
CIA ELETRICIDADE EST. DA BAHIA - COELBA	0	2.774.161	943.142	434.836
CIA ENERGETICA DE BRASILIA	0	1.213.117	1.122	23.435
CIA ENERGETICA DE MINAS GERAIS - CEMIG	1.573.621	15.686.263	1.908.028	3.072.290
CIA ENERGETICA DE PERNAMBUCO - CELPE	0	2.204.813	1.490.698	59.163
CIA ENERGETICA DO CEARA - COELCE	0	1.730.129	514.253	690.376
CIA ENERGETICA DO MARANHAO - CEMAR	0	1.077.839	74.211	107.923
CIA ENERGETICA DO RIO GDE NORTE - COSERN	0	764.747	134.624	11.727
CIA ESTADUAL GER.TRANS.ENER.ELET-CEEE-GT	0	1.465.599	85.642	91.948
CIA PARANAENSE DE ENERGIA - COPEL	0	5.558.353	2.934.959	2.356.272
CIA PAULISTA DE FORCA E LUZ	0	5.471.593	396.411	461.935
CIA PIRATININGA DE FORCA E LUZ	0	1.580.285	445.855	529.484
CPFL ENERGIA S.A.	0	9.182.504	1.770.083	2.472.014
CPFL GERACAO DE ENERGIA S.A.	0	2.034.698	97.951	528.179
CTEEP - CIA TRANSMISSÃO ENERGIA ELÉTRICA PAULISTA	0	1.471.541	101.252	65.942
DUKE ENERGY INT. GER. PARANAPANEMA S.A.	47.025	1.233.252	77.043	131.349
ELEKTRO - ELETRICIDADE E SERVICOS S.A.	65.659	2.211.701	969.616	422.432
ELETROPAULO METROP. ELET. SAO PAULO S.A.	125.209	9.015.290	1.831.016	2.291.073
EMAE - EMPRESA METROP.AGUAS ENERGIA S.A.	0	217.896	8.041	20.091
EMPRESA ENERG MATO GROS.SUL S.A.-ENERSUL	0	1.022.909	67.970	210.023
ENERGISA S.A.	0	1.971.748	193.064	567.036
ESPIRITO SANTO CENTR.ELETR. S.A.-ESCELSA	0	1.239.749	169.988	258.580
INVESTCO S.A.	0	518.001	70.030	88.669
LIGHT SERVICOS DE ELETRICIDADE S.A.	543.594	6.904.114	1.363.450	3.741.688
NEOENERGIA S.A.	94.105	7.007.228	2.452.848	4.078.434
PRODUTORES ENERGET.DE MANSO S.A.- PROMAN	0	30.226	0	0
REDE ENERGIA S.A.	0	8.269.685	92.425	0
RIO GRANDE ENERGIA S.A.	59.987	1.313.171	706.011	705.811
TRACTEBEL ENERGIA S.A.	12.814	2.774.538	154.282	137.657

ANEXO V – Evolução do IPCA de 2003 a 2012

IPCA	ANO	EVOLUÇÃO
9,30%	2003	
7,60%	2004	
5,69%	2005	Acumulado
3,14%	2006	28,20%
4,45%	2007	
5,90%	2008	
4,31%	2009	Acumulado
5,90%	2010	22,19%
6,50%	2011	Acumulado
5,83%	2012	12,71%